FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
CURSO DE LETRAS

DYAN KARLA DE JESUS
GILYANNE COSTA GARRETO
MARIA DO SOCORRO DE SOUZA RIBEIRO DA SILVA

PRECONCEITO LINGUISTICO: um estudo de caso realizado na Escola Jardim do Éden

Chapadinha
2014

DYAN KARLA DE JESUS
GILYANNE COSTA GARRETO
MARIA DO SOCORRO DE SOUZA RIBEIRO DA SILVA

PRECONCEITO LINGUISTICO: um estudo de caso realizado na Escola Jardim do Éden

Monografia apresentada ao Curso de Letras da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP para obtenção do título de Licenciatura em Letras.

Orientadora: Profª. Ms. Katiane Alyne de Souza Ribeiro da Silva

Chapadinha
2014

Jesus, Dyan Karla de

Preconceito linguístico: um estudo de caso realizado na Escola Jardim do Edem/Dyan Karla de Jesus; Gilyanne Costa Garreto; Maria do Socorro de Souza Ribeiro da Silva.- Chapadinha, 2014.

71f.

Monografia (Graduação em Letras) – Curso de Letras - Faculdade do Baixo Parnaíba, 2014.

1. Preconceito linguístico 2. Alunos 3. Professores 4. Escola I. Garreto, Gilyanne Costa II. Silva, Maria do Socorro de Souza Ribeiro da III. Título.

DYAN KARLA DE JESUS
GILYANNE COSTA GARRETO
MARIA DO SOCORRO DE SOUZA RIBEIRO DA SILVA

PRECONCEITO LINGUISTICO: um estudo de caso realizado na Escola Jardim do Éden

Monografia apresentada ao curso de letras da Faculdade do Baixo Parnaíba para obtenção do título de Licenciatura em Letras.

Orientadora: Profª. Ms. Katiane Alyne de Souza Ribeiro da Silva

Aprovada em: ____/____/_____

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Ms. Katiane Alyne de Souza Ribeiro da Silva (Orientador)
Especialista em Língua Portuguesa e Literatura
Mestre em Desenvolvimento Humano
Faculdade do Baixo Parnaíba

_____

(2° Examinador)

_____

(3° Examinador)

Dedicamos a presente produção a Deus, em primeiro lugar. Em seguida, às nossas famílias que são a nossa base para tudo aquilo que já realizamos em nossas vidas. Aos nossos professores que nos guiaram nesta caminhada e a todos que contribuíram para a realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus por ter-nos dado saúde, forças, coragem e luz para nunca desistirmos de nossos estudos.

Agradecemos aos nossos familiares e companheiros pela força que nos deram para que pudéssemos encarar os desafios encontrados ao longo da graduação, obrigada pelo incentivo e carinho que, a todo momento, ficaram visíveis em suas ações, acreditando no desenvolvimento de nossos conhecimentos e nos profissionais que seremos.

Aos professores da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP, que, com grande carinho, competência e dedicação, nos permitiram obter conhecimentos através de nós mesmas.

Agradecemos à professora Katiane Alyne Ribeiro pela sua atenção, paciência e dedicação para com o nosso trabalho. E a todos que contribuíram, de certa forma, para a realização desta pesquisa.

A todos o nosso muito obrigada!

“Por ser a língua um fato social resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social”.

Calvet, 2002.

RESUMO

Este trabalho buscou apresentar situações práticas no contexto escolar em que sejam evidenciadas, ou não, a existência de preconceito linguístico por parte dos alunos da zona urbana em relação aos oriundos da zona rural. Para a realização desta pesquisa utilizou-se o método quantitativo por meio de questionários fechados em que dois grupos de sujeitos foram submetidos a esta análise: 5 (cinco) professores de Língua Portuguesa e 41 (quarenta e um) alunos da zona rural, ambos trabalham e estudam na escola campo Escola Jardim do Éden que fica localizada na cidade de Chapadinha-MA, no turno vespertino. Através desta pesquisa pode-se perceber o quanto a existência de preconceitos relacionada à linguagem é evidente no âmbito escolar e pouco tem sido feito em relação a isso, tendo em vista que os alunos que se sentem constrangidos ao serem vítimas desse tipo de preconceito optam pelo silêncio contínuo ou mesmo pela evasão escolar pelo simples fato de não mais se sentirem à vontade em sua escola. O período de duração desta pesquisa fora de dois meses. Antes da aplicação dos questionários foram realizadas observações das aulas ministradas pelos professores em pesquisa, bem como a relação dos alunos que também fizeram parte da coleta de dados com os seus demais colegas. Dessa forma, pretende-se, por meio deste estudo, contribuir, de maneira significativa, para os estudos que envolvem a temática em questão, bem como o incentivo a pesquisas futuras que tenham como objetivo analisar cientificamente o preconceito relacionado à língua.

Palavras-chave: Preconceito Linguístico. Alunos. Professores. Escola.

ABSTRACT

This work aims to present practical situations in the school context in which they are evidenced or not the existence of linguistic prejudice on the part of students of urban compared to those originating from the countryside. For this research we used the quantitative method via closed questionnaires in which two groups of subjects were submitted to this analysis: five (5) teachers of Portuguese and 41 (forty-one) students from rural areas, both work and study in the school field Garden of Eden school which is located in Chapadinha-MA in the afternoon shift. Through this study we can see how the existence of prejudices related to language is evident in schools and little has been done about it, given that students who are embarrassed to be victims of such prejudice opt for continuous or even by truancy silence simply by no longer feel at home in your school. The duration of this research was two months. Before the questionnaires observations of classes taught by teachers in research as well as the relationship of the students who were also part of the collection of data with their other colleagues were held. Thus, we intend, through this study, contribute significantly to the studies involving the theme in question, as well as encouraging future research that aim to scientifically analyze the bias related to language.

Keywords: Linguistic Prejudice. Students. Teachers. School.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Os alunos gostam da disciplina de Língua Portuguesa 51
GRÁFICO 2 - Alunos que já sofreram preconceito lingüístico..... 52
GRÁFICO 3 - Onde ocorreu o preconceito linguístico 53
GRÁFICO 4 - Alunos que já foram corrigidos pela sua maneira de falar..... 54
GRÁFICO 5 - Como o aluno se sentiu ao ser corrigido 55
GRÁFICO 6 - O professor já trabalhou a variedade linguística em sala de aula 56
GRÁFICO 7 - Reação do aluno diante do colega que falou alguma palavra “errada” 57
GRÁFICO 8 – Licenciatura do professor 58
GRÁFICO 9 - Se o professor trabalha a V L. em sala de aula 59
GRÁFICO 10 - Qual a dificuldade para o docente trabalhar a L. P. 60
GRÁFICO 11 - Como o docente trabalha a variedade linguística 61
GRÁFICO 12 - Se o docente presenciou algum tipo de P. linguístico 62
GRÁFICO 13 - Quais os tipos de P. linguístico mais observado em sala ... 63

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	11
2	**PRECONCEITO LINGUÍSTICO**	13
3	**SOCIOLINGUÍSTICA**	18
3.1	A manifestação da sociolinguística no ambiente escolar	22
4	**VARIEDADE LINGUÍSTICA**	26
5	**PARA QUE ENSINAR LÍNGUA PORTUGUESA A SEUS FALANTES?**	33
6	**O PAPEL DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA**	37
6.1	A postura do professor de Língua Portuguesa diante do preconceito linguístico	39
7	**O QUE É PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO?**	42
7.1	O projeto político pedagógico como norteador do trabalho escolar	44
8	**CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA CAMPO**	49
8.1	Caracterização da pesquisa	49
8.2	Análise dos resultados da pesquisa com o grupo “alunos”	51
8.3	Análise dos resultados da pesquisa com o grupo “professores”	58
9	**CONCLUSÃO**	64
	REFERÊNCIAS	
	APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO

Considerando-se que a aprendizagem é a construção e a reconstrução do conhecimento, sendo este um processo essencialmente sócio-histórico-cultural e que ocorre quando as informações e conhecimentos adquiridos relacionam-se de forma não arbitrária com as aprendizagem anteriores, é relevante ressaltar que a educação ainda é privilégio de poucos, um fenômeno social onde todos têm a sua maneira de falar.

Dessa forma, faz-se necessário, então, criar situações para que o processo ensino-aprendizagem seja efetivado e preservado como um acervo de conhecimentos socialmente válidos no processo histórico-cultural nas diversas camadas sociais preservando, assim, a historicidade cultural dos homens, independente do meio onde este se encontra inserido, bem como o grupo social ao qual o falante pertença, ou até mesmo o tempo em que este viva.

Uma quantidade significativa dos alunos que compõem o ensino fundamental possui dificuldades na fala, principalmente alunos da zona rural.

A escola é um lugar em que se usa a língua culta, uma língua que se deve aprender como utiliza-la. A linguística defende que o importante é que se ampliem as possibilidades de comunicação.

Mesmo em se tratando de falantes de uma mesma língua, há uma diversidade na fala de cada pessoa. Tais diferenças surgem por conta dos contextos diversificados em que cada um destes vive. Existe um número considerável de fatores que interfere na forma de se expressar de cada falante, como por exemplo: faixa etária, grupo social, sexo, grau de escolaridade.

Diante disso, julgou-se pertinente realizar um estudo acerca do preconceito que permeia a língua no contexto escolar por parte dos próprios alunos em relação àqueles que são da zona rural.

A presente análise se propõe a verificar se, de fato, existe a ocorrência de preconceitos relacionados à linguagem no contexto escolar e de que forma isso

acontece. Para isso, utilizou-se como metodologia de pesquisa a observação e a aplicação de questionários fechados contemplando o tema em pesquisa. Estes, por sua vez, foram aplicados a 5 (cinco) professores de Língua Portuguesa e 41 (quarenta e um) alunos escolhidos de maneira aleatória do ensino fundamental da Escola Jardim do Éden, instituição esta pertencente à rede municipal de ensino da cidade de Chapadinha-MA.

Para que haja uma melhor compreensão acerca deste trabalho, o mesmo encontra-se dividido em capítulos. Inicialmente, fez-se uma abordagem acerca do preconceito linguístico de maneira geral, em seguida, realizou-se uma discussão acerca da Sociolinguística e sua aplicabilidade no contexto escolar. A variedade linguística é o capítulo que dá prosseguimento às discussões desta pesquisa. No capítulo seguinte fez-se o este questionamento: Por que ensinar Língua Portuguesa a seus falantes? No intuito de melhor contemplar esta discussão, porém voltando-a para o contexto escolar, fez-se uma abordagem acerca do papel do professor de Língua Portuguesa e qual a sua postura diante de alguma atitude que conote a presença de preconceitos relacionados à linguagem. Em seguida, discutiu-se acerca do Projeto Político Pedagógico (PPP) escolar como sendo este um documento essencial para nortear o trabalho pedagógico realizado na escola do qual o mesmo faz parte. O capítulo seguinte fez uma abordagem acerca das características físicas e administrativas da escola-campo. A seguir, tem-se a análise dos dados coletados tanto da pesquisa realizada com os professores quanto com os alunos. Vale ressaltar que a referida análise, bem como todo o estudo que hora se apresenta, fora devidamente fundamentada por estudiosos que possuem pesquisas, publicações relacionadas à temática em questão. Dentre estes, pode-se citar: Bagno (2011), Bortoni-Ricardo (2004, 2005, 2011), Gadotti (1994), Ilari (1997), Matta (2009), Perini (2004, 2000), Vasconcelos (2006), dentre outros.

Dessa forma, pretende-se com este estudo não esgotar as análises que versam o contexto da temática em debate, e sim contribuir de maneira significativa com estudos futuros que se relacionem com o Preconceito Linguístico, tendo em vista que este é um assunto melindroso que requer uma atenção acuidada quanto aos aspectos que o envolvem.

2 PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Embora se vivencie atualmente a era da modernidade em que os gargalos deixados pelo século passado precisam ser desfeitos, ainda assim precisa-se discutir acerca de alguns dilemas que perpassaram de um século para o outro.

Discutir cientificamente sobre preconceito, independentemente de qual seja, nunca fora tarefa simples, muito menos uma inovação científica, mas devido ao fato de ainda haver embates relacionados a esta temática, julgou-se pertinente trazer esta discussão para este trabalho.

Existem preconceitos de naturezas diversas que fazem parte da realidade humana, dentre eles pode-se citar o preconceito relacionado à raça, à religião, à faixa etária, ao sexo, às classes, à linguagem, enfim, são muitas as formas de que o homem dispõe, a seu bel-prazer, para externar seus variados tipos de preconceitos, mas o que será estudado ao longo desta pesquisa relaciona-se com a linguagem oral humana.

Preconceitos são, de fato, opiniões formadas sem reflexão, ou seja, são palavras lançadas sem o devido respeito ao próximo. Na verdade, existem inúmeras formas de preconceito, mas o preconceito linguístico talvez seja o mais praticado e o menos discutido sem o devido mérito científico, por isso esse tipo de preconceito é visto como um meio de exclusão social, sendo que esse preconceito nasce da ideia de alguns pensarem que existe uma única língua portuguesa correta referindo-se à língua ensinada na escola e presentes nos livros e que, de fato, não aceita as variações linguísticas existentes.

O preconceito pode se manifestar numa atitude discriminatória de forma banal até mesmo no pensamento, porém ele é resultado das frustrações das pessoas podendo se transformar em raiva ou hostilidade. No entanto, algumas pessoas são discriminadas pelo local onde nasceram.

No Brasil, os indivíduos que mais sofrem com o preconceito linguístico são os nordestinos. Normalmente quando a TV mostra um episódio envolvendo

algum morador da região Nordeste percebe-se a ação deliberada dos que fazem a televisão em pôr o sotaque nordestino em ênfase com o intuito de causar risadas e atitudes preconceituosas contra tais indivíduos.

> É um verdadeiro acinte aos direitos humanos, por exemplo, o modo como a fala nordestina é retratada nas novelas de televisão, principalmente da Rede Globo. Todo personagem de origem nordestina é, sem exceção, um tipo grotesco, rústico, atrasado, criado para provocar o riso, o escárnio e o deboche dos demais personagens e do espectador. No plano lingüístico, atores não-nordestinos expressam-se num arremedo de língua que não é falada em lugar nenhum no Brasil, muito menos no Nordeste. Costumo dizer que aquela deve ser a língua do Nordeste de Marte! Mas nós sabemos muito bem que essa atitude representa uma forma de marginalização e exclusão. (BAGNO,2006 p. 43,44)

Mas os preconceitos podem se impregnar de tal forma na mentalidade do indivíduo que suas atividades preconceituosas tornam-se uma extensão de seu próprio modo de ser e de estar no mundo e que a mitologia do preconceito não está apenas destinada à outra pessoa, e sim dentro de si própria. Segundo Bagno (2004 p.75) “O tipo mais trágico de preconceito não é aquele que é exercido por uma pessoa em relação a outra, mas o preconceito que uma pessoa exerce contra si mesma”. Ou seja, a pessoa que tem preconceito por outras variedades acaba por prejudicar a si mesma porque perde a oportunidade de interagir e conhecer outras realidades de fala existentes em seu país. Diante disso, é válido dizer que os indivíduos que mais sofrem preconceitos relacionados à língua são oriundosda zona rural e estrangeiros por usarem em suas falas sotaques e palavras peculiares de sua região. É válido ressaltar que a linguística não tende a estudar idiomas ou a gramática em si, ela procura estudar a fala e explicar os fatos naturais que compõem a expressão oral do homem.

O preconceito linguístico vem sendo alimentado pelos meios de comunicação, distinguindo-se o que é certo e o que é errado falar. Entende-se que o preconceito faz parte de um julgamento depreciativo, ou seja, é uma atitude discriminatória contra as variedades linguísticas presentes em um só país. Também faz parte de um preconceito social que acaba separando classes sociais, prestigiando alguns falantes da língua portuguesa e discriminando outros pela maneira de falar.

> Por mais que isso nos entristeça ou irrite, é preciso reconhecer que o preconceito linguístico está ai, firme e forte. Não podemos ter a ilusão de

> querer acabar com ele de uma hora para outra, porque isso só será possível quando houver uma transformação radical do tipo de sociedade em que estamos inseridos, que é uma sociedade que para existir, precisa da discriminação de tudo o que é diferente, da exclusão da maioria em benefício de uma pequena minoria da existência de mecanismos de controle, dominação e marginalização (BAGNO, 2004 P.139 e 140).

Em outros casos o preconceito com relação a algumas pessoas deve-se à forma de como pronunciam determinadas palavras. Alguns destes pertencem à classe social desprestigiada, marginalizada ou que não teve acesso à escola e para alguns esses tipos de fala pode ser considerada uma linguagem feia, pobre e carente, mas que na verdade é apenas uma diferença existente no Brasil e que ela é diferente da língua portuguesa ensinada na escola. No entanto, o preconceito linguístico deve-se ao valor atribuído às variedades padrão e que a linguagem não padrão é considerada errada e inferiorizada pela gramática.

Porém, para que a linguagem falada seja aceita e respeitada por todos seria necessário que os educadores de Língua Portuguesa conscientizassem seus alunos sobre a importância da variedade linguística existente no Brasil, sendo que toda língua muda e varia constantemente no decorrer do tempo, ou seja, se hoje algo é visto como erro amanhã poderá ser visto como certo na gramática de Língua Portuguesa. De fato essas mudanças ocorrem diante das necessidades dos brasileiros e dos argumentos propostos pela Academia Brasileira deLetras. Calvet (2002 p.79) afirma que “As línguas mudam todos os dias, evoluem, mas essa mudançadiacrônica se acrescenta outra, sincrônica: pode-se perceber numa língua, continuamente, a coexistência de formas diferentes de um mesmo significado”.

Portanto, a língua é viva e tudo que é vivo tende-se a desenvolver e mudar constantemente, sendo que a língua escrita é diferente da língua falada, pois a língua escrita exige seguir toda a formalidade da gramática normativa, já a língua falada é mais liberal e não exige tantas formalidades, mas a verdade é que todo ouvinte espera ouvir de alguém palavras claras e objetivas para que haja compreensão e entendimento na comunicação de ambos.

De certa forma, a fala e a escrita fazem parte do dia adia das pessoas, normalmente a língua falada é considerada uma linguagem não padrão, mais utilizada por pessoas residentes em regiões da zona rural onde há um índice mais

alto de pessoas desfavorecidas com relação à prática de leitura. Por outro lado, há uma minoria da população considerada a classe privilegiada por tentar impor linguisticamente as palavras de acordo com a gramática. Normalmente quando se pensa em pessoas desfavorecidas linguisticamente imagina-se logo indivíduos analfabetos. Segundo Galvão e Di Pierro (2007) apenas são consideradas analfabetas pessoas que não sabem ler nem escrever, são aqueles que não são capazes, não são preparados, não têm informação e não possuem conhecimentos dos livros.

O conhecimento que esse ser deve adquirir em toda sua trajetória de vida seria o conhecimento popular, aquele que é adquirido de geração para geração no seu ambiente familiar, que de fato é muito importante para a ciência porque através desses tipos de conhecimento é que surge a curiosidade dos cientistas buscarem uma explicação sobre determinado saber popular.Segundo Bagno (2004, p. 55) “A importância da língua falada para o estudo científico está principalmente no fato de ser nessa língua falada que ocorrem as mudanças e as variações que incessantemente vão transformando a língua”.

Pode-se perceber que no Brasil há ainda um número alto de preconceito linguístico contra pessoas analfabéticas e isso acaba excluindo-as da sociedade. Galvão (2007 p.10) afirma que “Um grupo de expressões parece buscar explicar porque existem pessoas analfabetas, sobretudo na sociedade brasileira”.

Porém essas expressões trazem o analfabetismo para a exclusão social, para a pobreza e para a discriminação dos mesmos num só país que fala a mesma linguagem, mas em diversas variedades linguísticas. Pode-se perceber que a palavra “analfabeto” é vista pela sociedade como algo negativo, mediado por preconceitos, por julgamentos maldosos, contudo, Galvão e Di Pierro (2007) afirmam que aquele que não sabe ler e escrever é visto como menor em todas as culturas. Em outras palavras, pode-se dizer que o preconceito é universal, ou seja, além de existir aqui no Brasil ele ocorre em diversos países. Mas a verdade é que nem todas as pessoas analfabéticas se sentem discriminadas por não saberem ler e escrever, pois muitas delas fazem parte de lideranças que batalham arduamente em defesa de alguns de seus direitos perante a justiça brasileira.

Em outros casos pode-se dizer que algumas pessoas que tiveram dificuldades para estudar e estar presente na escola deve-se ao trabalho, ou seja, a criança que começa a trabalhar cedo, entre os 10 a 12 anos de idade para ajudar no sustento da família, acaba se distanciando do ambiente escolar e passa a fazer parte do grupo de pessoas analfabetas, mesmo que alguns já terem ido à escola por curto período de tempo. A aprendizagem foi, de fato, pouco significante. E aqueles que saíram de sua comunidade, do seu ambiente familiar para cidade grande em busca de melhores condições de vida, tendem a enfrentar dificuldades de variadas naturezas, e um dos principais é o preconceito linguístico.

Segundo Galvão e Di Pierro (2007), o caso de indivíduo que sai da zona rural para a zona urbana, este, por sua vez, além de sofrer com o afastamento da família e do ambiente em que vivia sofrerá, também, com a necessidade de aprender os comportamentos, as ações que permitem o imigrante a se adaptar de maneira pouca dolorosa ao meio que versa atualmente, como o uso da linguagem, o estilo de vida e ocupações urbanas que implicam em algumas mudanças socioculturais. Embora haja o reconhecimento da diversidade do português oral brasileiro, ainda assim existem os preconceitos em torno da linguagem, uma vez que determinados grupos acabam desvalorizando os falares que se distanciam da norma culta brasileira, ponderando uma discriminação preconceituosa com relação aos sujeitos da fala.

3 SOCIOLINGUÍSTICA

A sociolinguística é um estudo de comunicação entre pessoas que buscam registrar e analisar os diferentes tipos de fala através de estudos e pesquisas prolongadas, a ideia, segundo a qual, há modos de bem falar a língua e outros que, em comparação, são condenáveis.

Encontra-se, assim, em todos os falantes, uma espécie de norma espontânea que os leva a decidir de forma proscrita. É como diz Calvet (2002, p. 60), “A sociolinguística é o comportamento social que essa norma pode provocar”., ou seja, pode-se desenvolver dois tipos de consequências sobre os comportamentos linguísticos, uns se referem ao modo como os falantes encaram sua própria fala, outros se referem às reações dos falantes em relação ao falar dos outros.

A Sociolinguística mantém uma relação entre a Linguística e a Sociedade, porém essa concepção da língua pode ser definida como o estudo social da comunidade em seu aspecto linguístico. Porém, o que interessa à sociolinguística é o comportamento social tanto por encarar a própria fala quanto as reações dos falantes ao falar dos outros.

Segundo Calvet (2002 p. 61) “Se valorizará sua prática linguística ou se tentará, ao invés, modificá-la para conformá-la a um modelo prestigioso; no outro, as pessoas serão julgadas segundo seu modo de falar”. Ou seja, o modo de fala de cada um é individual, as pessoas falam em conformidade aos outros que fazem parte do ambiente ao qual o indivíduo pertença, e se este fala palavras diferentes, que caíram em desuso, por exemplo, certamente esses tipos de palavras existiram há algum tempo e, de certa forma, considerar-se-á correta a sua própria pronúncia. Quanto à fala, constata-se que as mulheres se preocupam mais em falar de acordo com a norma tida como padrão, porém os homens preocupam-se menos com essas questões e fazem uso de gírias e xingamentos ao cumprimentarem outras pessoas tanto do sexo masculino quanto feminino.

Quanto ao gênero, Bortoni-Ricardo (2004) afirma que a linguagem feminina é diferente da linguagem masculina, as palavras femininas, geralmente,

são empregadas no diminutivo, já a fala masculina tende a ter palavrões e gírias distanciando-se, assim, da norma culta.

Diante da ênfase, os erros na ortografia das pessoas ocorrem normalmente na fala e, poucas vezes, na escrita, sendo que a variedade linguística está presente em todos os lugares e ocasiões, em outras palavras, diante do enunciado rejeitado pelo erro gramatical, a sociolinguística o avalia buscando, assim, seu prestígio e valorização mediante a variante ali empregada, considerando as normas vigentes. “Um “erro” é considerado um fato social ocorrido com o falante que não conseguiu encaixar as palavras junto ao contexto desejado (CALVET, 2002, p. 41).

Enquanto a sociedade busca rotular erros na fala das pessoas, a Sociolinguística tende a considerar essa situação como apenas um erro na forma inadequada de falar e que simplesmente esteja fora das expectativas do ouvinte, porém a teoria sociolinguística tende a substituir a noção tradicional pela moderna diferença existente entre as variedades linguísticas e estilo.

De fato, a sociolinguística tende-se a florescer e multiplicar suas abordagens, porém a língua não existe sem as pessoas que as fale e a história de uma língua é a história de seus falantes e, desde então, quando uma criança chega à escola ela traz consigo conhecimentos que lhe foram adquiridos a partir de sua vivência com o meio familiar e o principal de tudo é que ela traz a sua competência linguística, portanto cabe ao professor trabalhar em sala de aula a importância da variedade linguística no meio social. Para Saussure (2006 p. 37) “A língua é a parte social da linguagem”, ou que “[...] a língua é uma instituição social”, porém, para o estudioso em questão, o fato de ser a língua uma instituição social é simplesmente um princípio geral”.

A sociolinguística, por exemplo, trata a língua em suas variedades descrevendo os fatos linguísticos sem avaliação do que é certo ou errado, já que qualquer que seja a variedade linguística utilizada ao servir para a comunicação é legítima. Para Gomes (2009, p. 37) “Ao entrar na escola a criança já traz consigo toda uma experiência linguística do seu dia a dia e já utiliza as regras próprias do dialeto de sua comunidade”. Nesse sentido, cabe aos professores a responsabilidade de respeitar a língua já adquirida pela criança e mostrar à mesma

a importância de conhecer as diversas possibilidades de uso da língua, pois o reconhecimento da existência de muitas normas linguísticas existentes é fundamental para que os alunos não sejam vítimas do preconceito linguístico.

A Sociolinguística toma a função social da linguagem como ponto de partida e procura determinar como interagem a língua e a sociedade que dela se serve e essa interação pode ter a influência dos fatores sociais sobre a língua ou influência da língua sobre a sociedade.

Outra questão importante para o ensino da língua é a forma como o professor percebe a linguagem e a língua, pois o modo como se concebe a natureza fundamental da língua pode alterar a estrutura do trabalho com esta em termos de ensino admitindo-se que o objetivo fundamental do professor de português é o de ampliar a capacidade de comunicação, expressão e integração pela linguagem da população atingida por seu trabalho. Parece correto esperar que o currículo de Letras prepare o futuro professor para avaliar as potencialidades e limitações que caracterizam a expressão e a comunicação de seus alunos.

A linguagem é vista como um instrumento de comunicação. E nessa concepção a língua é vista como um código, ou seja, como um conjunto de signos que se combinam segundo regras e que são capazes de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor. Segundo Ilari (1997, p. 43) o papel do signo linguístico é o de “comunicar alguma coisa a alguém”, ou seja, a comunicação linguística beneficia-se do concurso dos gestos dos movimentos corporais e das produções fônicas que não são fonológicas, por isso a linguística estuda todas as línguas naturais em pé de igualdade, não tendo nenhum sentido discutir no seu âmbito sobre qual seja a mais rica ou a mais pobre.

A comunicação não é um processo formado por um conjunto de expressões individuais em uma sequência ação-reação. É um sistema de interação com uma estrutura independente do comportamento de seus participantes individuais.

A Sociolinguística é uma ciência que decorre de princípios da educação inclusiva, ela se manifesta no ambiente escolar através das variedades linguísticas existentes no local e a sala de aula é um dos ambientes em que existe o maior número de tipos de linguagem sendo que ela precisa ser encarada como um assunto global e de total importância para o currículo escolar. Primeiramente o

docente deveria trabalhar esses tipos de linguagem através da fala dos alunos, explicando que a maneira de falar de alguém depende do local onde este ser esteja inserido, por isso este indivíduo chega à escola com conhecimentos prévios em relação às regras de comunicação.

De certa forma, a formação do professor deve contribuir para a dissipação de toda uma série de mitos e preconceitos sobre a língua, o conhecimento cada vez mais detalhado da variação linguística e das consequências sociais dessa variação, mas o professor consegue adquirir elementos facilitadores para compreender e saber orientar os alunos sobre os motivos que levam uma pessoa a ter uma linguagem diferente da dos outros, sendo que essa diferença existe porque o aluno está incluído em um ambiente distante e não tem contato com outras pessoas e acaba por internalizar a fala e o comportamento dos adultos próximos que o cercam. Assim, este ser que se encontra em processo de formação passa a crer que o certo é se comportar ou falar da mesma forma que estes mesmos adultos, e quando chega à escola percebe que existem diferenças na linguagem utilizada no âmbito escolar e em sua casa.

Segundo Bagno, Stubbs e Gagné (2002, p. 195) “O diálogo é igualmente um poderoso meio de relação interpessoal entre o docente e a criança”. Porém, quando a escola está centrada no código tende, frequentemente, a ignorar ou a desvalorizar a linguagem da criança que chega à escola sem conhecer as normas gramaticais. A qualidade da relação afetiva e pessoal entre o docente e a criança constitui um fator importante da motivação e das atitudes desta e daquele. Portanto, em sala de aula, a linguagem, além de ser um objeto, é um objetivo de aprendizagem; o diálogo com as outras crianças, e sobre tudo com o professor, pode ser a experiência mais importante para o desenvolvimento do pensamento e do processo ensino aprendizagem.

Neste sentido pode-se dizer que no ambiente escolar ocorre uma troca de informações tanto por parte do aluno quanto do professor e que ambos são oriundos de diferentes ambientes, mas acabam se entendendo e compartilhando conhecimentos trazidos de sua própria cultura.

Sabe-se que a cultura muda no decorrer do tempo e que a mesma é uma construção social e histórica, já a língua é um elemento que expressa fortemente a cultura contribuindo, dessa forma, para transformá-la. Nesse sentido, sociedade,

cultura e língua interferem, continuamente, uma sobre a outra. Para Ferrarezi (2008, p. 25) “na verdade falamos o brasileiro, um sistema linguístico que funciona na(s) cultura(s) brasileira(s) como espaço interativo de brasileiros”. O autor afirma que nossa língua é a portuguesa, ele prefere usar o termo “brasileiro”, mas ela possui variações, isto é, cada grupo social fala de um jeito peculiar, e esse jeito corresponde com a região em que mora, idade, nível social, sexo, profissão.

3.1 A manifestação da sociolinguística no ambiente escolar

A escola é uma instituição sistematicamente organizada e responsável pela formação intelectual e moral de seus alunos através de um ensino organizado conforme a gramática normativa e determinação da LDB.

Como diz Bagno (2004, p. 66) “por outro lado não é a gramática normativa que vai garantir a existência de um padrão linguístico uniforme”. Isto porque cada ser humano é diferente, embora convivendo em um mesmo ambiente, frequentando as mesmas escolas, mas em se tratando de linguagem, que é um fenômeno dinâmico e individual, cabe à instituição escolar trabalhá-la conforme se manifesta, de forma verdadeira e espontânea, caracterizando o modo de falar e de se expressar de cada aluno de maneira particular e individual, pois o que importa é que haja a comunicação entre falantes de uma mesma língua.

O ambiente escolar é um local de convivência e troca de experiência entre falantes de um meio social diferente, mas de mesma faixa etária que possuem particularidades em seu modo de falar, por isso a linguagem trabalha individualmente cada educando criando, dessa forma, possibilidades de domínio da língua, isto porque, de acordo com a eficiência do falante, maiores serão as possibilidades de comunicação entre eles.

Fazendo uso da leitura e interpretando diferentes tipos de texto, a criança adquire condições cognitivas para produzir com adequação e segurança textos dos variados tipos e de diferentes gêneros como, por exemplo, um debate, um relatório científico, uma carta argumentativa, um poema, um anúncio publicitário, um editorial, um texto dissertativo-argumentativo. Além disso, pode ajuda-lo a compreender o

funcionamento do texto fazendo uso de forma possível das múltiplas variedades regionais e sociais nas diferentes situações de interação verbal.

O educando, em formação e em sintonia com o século XXI, busca interiorizar um dinamismo interessante por meio das linguagens, descobrir, criar, relacionar, pesquisar e transformar uma realidade para adentrar em um futuro promissor cheio de expectativas.

O aluno, para se familiarizar com as possibilidades estilísticas da língua, necessita de estímulos que surgem em consequência de convivência em sociedade, considerando que o crescimento intelectual de cada um depende do interesse e desempenho pessoal, justamente com o aperfeiçoamento na escola. Como diz Freire (2004, p. 53) “[...] gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado”.

Na sua visão, o homem deve ser sujeito da sua História e não apenas um mero objeto. O homem deve se inserir num mundo que já existe e não adaptar-se a ele. E como sujeito de sua própria História terá que escrevê-la nas páginas da vida de forma digna, se imortalizando através de suas palavras.

A língua, no ambiente de socialização, diz respeito à maneira como os seres humanos se expressam, ou seja, como ele interage com outros indivíduos na sociedade, sendo assim, é importante fazer uma distinção entre dois aparentemente sinônimos, mas que são diferentes: língua e linguagem.

Para Matta, (2009 p. 17): “A expressão língua refere-se a uma dada língua natural e histórica particular que possui suas características próprias”, como por exemplo, “Língua Portuguesa”, “Língua Japonesa” etc., ou seja, a língua é um conjunto organizado de elementos (sons e gestos) que possibilitam a comunicação.

A expressão linguagem, faculdade humana universal, é um fenômeno complexo considerado como a capacidade que os seres humanos têm para produzir, desenvolver e compreender a língua e outras manifestações, bem como a pintura, a música, a dança.

O homem é um ser social e necessita estar constantemente em comunicação com seus semelhantes. Esta, por sua vez, ocorre através de um

processo nos quais estão envolvidos outros elementos, independente de qual grupo social os mesmos fazem parte.

A família é o primeiro grupo social ao qual o homem pertence e é no seio familiar que ele aprende a se comunicar e dependendo do ambiente em que o ser humano foi criado sua fala refletirá a sua marca na sociedade.

De acordo com Gomes(2009, p. 97)

> [...] desde cedo a criança adquire experiências com a língua, inicialmente através da audição, e em seguida de vocalizações. Aos seis meses esta já começa se comunicar pronunciando primeiro as sílabas, e daí a três ou quatro anos essa criança já tem pleno domínio da linguagem oral.

Além da família, o ambiente escolar é muito importante no desenvolvimento do indivíduo, visto que é na escola que ele vai estar diante de pessoas diferentes. Cabe ao professor a missão de ensinar a norma culta sem deixar de explicar sobre as diversas variedades linguísticas. Nesse sentido, Antunes (2003) afirma que há um engano relacionado ao ensino de línguas que atuam de maneira intensa na mente de muitos educadores, pois os mesmos acreditam que ensinando análise sintática, ensinando nomenclaturas gramaticais, dentre outras regras, eles conseguem deixar os alunos suficientemente competentes para ler e escrever textos conforme a diversidade de situações sociais. Daí que o trabalho com a oralidade requer planejamento, sistematização de conteúdos, além de objetivos definidos.

No dia a dia, constantemente conversamos com pessoas que não fazem uso de um vocabulário culto, quantas vezes achamos engraçado e até pensamos que eles sabem menos, isso é um engano, falam dessa forma porque, no decorrer de suas vidas, esse foi o vocabulário que eles ouviram, geralmente essa linguagem é mais falada pelas pessoas do interior.

Bagno (2010 p. 38) diz que:

> Quando o ser humano se considera um falante da norma culta e rir de alguém que diz “prantar” no lugar de plantar, e aproveita essas diferenças de pronúncia para mostrar que não pertence àquela classe social, essa atitude revela a falta de conhecimento sobre as variedades linguísticas. E é daí que nasce o preconceito linguístico.

Dessa forma, o professor de Língua Portuguesa deve proporcionar condições aos seus educandos de usar a linguagem nas diversas situações de interação comunicativa com uma segurança linguística para que eles não se sintam discriminados.Os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam que: “o problema do

preconceito disseminado na sociedade em relação às falas deve ser enfrentado na escola como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença" (BRASIL, 2001 p. 31).

Nesse sentido, o educador precisa ter objetivos definidos para nortear sua prática pedagógica, pois nem sempre o que lhe é exigido ensinar vai contemplar a realidade do aluno. Por exemplo, um professor de língua portuguesa, ao ensinar gramática normativa, deve esclarecer sobre as diversas variedades linguísticas existentes no Brasil, com isso, o aluno, principalmente aquele oriundo de um ambiente familiar em que sua fala é considerada "errada" se sentirá a vontade para aprender. Os profissionais de qualquer área necessitam estar analisando, de maneira frequente, os estudos que estão sendo desenvolvidos por estudiosos que tenham relação com o seu campo de atuação, pois Perini (2004, p.13) nos diz que:

> O português, como toda língua, precisa crescer, pois são inúmeras as novidades que vêm surgindo a cada dia, sejam tecnológicas, culturais, sociais, artísticase perceber que elas sempre vão acontecer, pois a língua é viva, é dinâmica, há palavras novas surgindo, as pessoas envelhecem as palavras não, apenas umas são incorporadas no lugar de outras.

A língua, no ambiente de socialização, é a interação que acontece no cotidiano, parecidos, não iguais, daí que o falar varia de acordo com a realidade de cada um. Bagno (2004, p. 15) descreve oito mitos em relação a preconceito linguístico, sendo o primeiro "que a língua portuguesa no Brasil apresenta uma unidade surpreendente" para o autor esse é o primeiro e mais sério de todos os mitos, embora a língua falada pela maioria seja o português e que o mesmo apresenta uma grande diversidade, pois a língua é heterogênea.

4 VARIEDADE LINGUÍSTICA

Variação existente na linguagem é o que se concebe como sendo variação linguística. Esta, por sua vez, é considerada a representação de vários tipos de fala ou escrita de acordo com as condições sociais, culturais e históricas. Porém, uma língua muda, de uma região para outra, a fim de se adequar às necessidades pedidas para o convívio de um novo ambiente.

Segundo Bagno (2010, p. 18) “no Brasil não se fala uma só língua”. No entanto, existem várias línguas ainda faladas em diversos pontos do Brasil pelos falantes das antigas nações indígenas e, de fato, não existe nenhuma língua que seja única.

Pode-se considerar o ensino e a aprendizagem de Língua Portuguesa na escola como resultantes da articulação de três variáveis: o aluno, a língua e o ensino. O primeiro elemento dessa tríade, o aluno, é o sujeito da ação de aprender, aquele que age sobre o objeto de conhecimento. O segundo elemento, o objeto de conhecimento, é a língua portuguesa, tal como se fala e escreve fora da escola, a língua que se fala em instâncias públicas e a que existe nos textos escritos que circulam socialmente. E o terceiro elemento da tríade, o ensino, é, neste enfoque teórico, concebido como a prática educacional que organiza a mediação entre sujeito e objeto do conhecimento. Para que essa mediação aconteça o professor deverá planejar, programar e dirigir as atividades didáticas com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno. Portanto, Perini (2004) diz que na fala, a compreensão precisa ser imediata, na escrita é possível parar, reler, refletir. Por isso, na linguagem falada o emissor não tem a possibilidade de refazer o que disse, na escrita é possível reescrever, e resulta em dois tipos de texto radicalmente diferentes, dois mundos relacionados, mas distantes.

A importância e o valor dos usos da linguagem são determinados historicamente segundo demandas sociais de cada momento. Atualmente, exigem-se níveis de leitura e escrita diferentes e muito superiores aos que satisfizeram as demandas sociais até bem pouco tempo atrás – e tudo indica que essa exigência tende a crescer. Para a escola, como espaço institucional de acesso ao

conhecimento, a necessidade de atender a essa demanda implica uma revisão substantiva das práticas de ensino que tratam a língua como se não tivesse vida e os textos como conjunto de regras a serem aprendidos, bem como a constituição de práticas que possibilitem o aluno a aprender linguagem a partir da diversidade de textos que circulam socialmente.

Cabe, portanto, à escola, viabilizar o acesso do aluno ao universo de textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e interpretá-los. Isso inclui os textos das diferentes disciplinas, com os quais os alunos se defrontam sistematicamente no cotidiano escolar e, mesmo assim, não conseguemmanejá-los, pois não há um trabalho planejado com essa finalidade.

A Língua Portuguesa, no Brasil, possui variedades dialetais que identificam geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é comum se considerarem variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas.

Bagno (2010, p. 86) discute que cada língua tem, portanto, duas histórias: “uma história da língua falada e uma história da língua escrita”. A língua oral é rebelde, vive por escapar das leis e das normas, está sempre em movimento, por isso ela é diferente do que era há muito tempo e do que será nos próximos anos. A língua escrita serve como registro permanente e é usada para a transmissão do saber e da cultura e seria interessante que ela permanecesse sem muitas mudanças para que fosse possível ler, com facilidade, antigos documentos. Segundo Bagno (2010, p. 87) “[...] nunca é demais lembrar que o homem fala há milhões de anos e que as primeiras formas de escrita datam apenas de 3.500 antes de cristo”.

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar língua portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar – a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala – e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado.

Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio social que um deles tenha em determinado momento histórico.

De acordo com Perini (2004) falar uma língua é, no entanto, ver um mundo de certa forma, e falar três línguas diferentes é ter a capacidade de ver o mundo de três maneiras distintas, ela é considerada um retrato do mundo que revela algo nem tanto sobre o próprio mundo, mas sobre a mente do ser humano, cada língua ilustra uma maneira que o homem pode encontrar na realidade.

A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se destina. A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido.

De acordo com o que afirmam Bagno, Gagné e Stubbs (2002, p. 22) “[...] é muito comum falar sobre a língua, é como se ela fosse um sujeito animado, uma entidade viva, “a língua é difícil [...]”, “[...] a língua oferece a possibilidade de [...]”, “[...] podemos classificar esta língua como [...]”, “[...] é preciso defender a língua [...]”,“[...] a língua nasce, vive e morre[...]”. Assim, essa língua é considerada uma atividade de natureza sociocognitiva, histórica e situacional desenvolvida para promover a interação humana. E eles acrescentam ainda que a língua não é uma abstração, muito pelo contrário, ela é tão concreta quanto os mesmos seres humanos de carne e osso que se servem dela e dos quais ela é parte integrante.

Cabe à escola ensinar ao aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas, especialmente nas mais formais: planejamento e realização de entrevistas, debates, seminários, diálogos com autoridades, dramatizações, etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas

atividades façam sentido de fato, pois seria descabido “treinar” o uso mais formal da fala. A aprendizagem de procedimentos adequados e eficazes tanto da fala como da escuta, em contextos mais formais, dificilmente ocorrerá se a escola não tomar para si a tarefa de promovê-la.

O estudo do preconceito linguístico é de suma importância nos dias atuais e entende-se como tal o julgamento depreciativo contra determinadas variedades linguísticas. Porém, Calvet (2002, p. 79) afirma que “[...] as Línguas mudam todos os dias, evoluem, mas a essa mudança diacrônica se acrescenta outra e pode-se perceber numa língua a coexistência de formas diferentes de um mesmo significado”, ou seja, no Brasil fala-se um português diferente do português de Portugal, segundo Bagno (1999 p. 23) “[...] o brasileiro sabe português, sim. O que acontece é que nosso português é diferente do português falado em Portugal”. Na fala, as diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil são tão grandes que, muitas vezes, surgem dificuldades na compreensão de algumas palavras. Uma mesma língua pode ser pronunciada diferentemente de outros pontos do território. Mas essas variáveis podem ter um sentido social quando há uma diferença linguística em um mesmo ponto do território.

Faz-se necessário entender que a língua de um povo constitui-se como um dos seus bens mais preciosos e que assim como a humanidade evolui e se modifica com o passar do tempo a língua está sujeita a mudanças e acompanha essa evolução. Nessa busca pelo falar ideal alguns ainda não compreenderam as diversidades linguísticas existentes no Brasil e isso implica em sérios problemas, pois, às vezes, a escola trata a linguagem como um conjunto de regras e exceções dando à língua padrão primazia sobre as demais variedades de seus educandos, dessa forma, é preciso ter um conhecimento profundo da diversidade da linguagem, tanto no seu aspecto estrutural, como nos usos que se fazem dela, e para isso já existem várias formas de estudá-las.

É relevante para o professor de língua ter um conhecimento geral de cada uma dessas áreas para saber onde buscar respostas para as dificuldades encontradas em sala de aula.

Segundo Bagno (1999, p. 51):

> É preciso abandonar essa ânsia de tentar atribuir a um único local ou a uma única comunidade de falantes o “melhor” ou o “pior” português e passar a respeitar igualmente todas as variedades da língua que constituem um tesouro precioso da nossa cultura.

Ao analisar tal afirmação, o autor deixa claro que enquanto não houver uma conscientização das variedades linguísticas essa busca pelo falar ideal dificultará no aprendizado.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio Matta (2009, p. 37) afirma que: “As variedades linguísticas que cada indivíduo domina em sua modalidade oral é efeito de uma aprendizagem natural em função dos processos interlocutivos, decorrentes de sua vida, de sua história, das relações com a família, com o grupo de amigos na sua comunidade, com os meios de comunicação no seu trabalho, na sua igreja, etc.”, ou seja, esse aprendizado que o ser humano adquire em sua vivência com o meio é parte de sua vida e deve ser valorizado e respeitado, jamais excluído ou considerada inferior.

Ao procurar explicar a linguagem, o homem está procurando explicar algo que lhe é próprio e que é parte necessária de seu mundo e da sua convivência com os outros. A linguística é uma ciência recente que se define com bastante sucesso entre as Ciências Humanas, como o estudo científico que visa descrever ou explicar a linguagem verbal humana. Para Saussure (2006, p. 26) “Língua opõe-se à fala, porque a língua é coletiva e a fala é particular” portanto, a língua é um dado social e a fala é um dado individual, porém, pessoas que falam a mesma língua conseguem comunicar-se porque, apesar das diferentes falas e da variedade linguísticas, há o uso da mesma língua onde a fala é individual e cada pessoa tem uma fala diferente .

Ao falar-se em preconceito linguístico tem-se em mente que a diversidade cultural da sociedade reflete-se nas escolas e que esta nova realidade coloca novos desafios ao ambiente educativo e que precisamente a escola, incluindo professores e alunos, devem respeitar as diferenças culturais e linguísticas entre ambos gerando, dessa forma, entendimento e cooperação entre todos. No entanto, o grande problema está na confusão que reina na mentalidade das pessoas, principalmente quando se deixam iludir pela mitologia do preconceito linguístico.

Segundo Bagno (2010, p. 23) “E essa História de dizer que brasileiro não sabe português” e que “só em Portugal se fala bem português? trata-se de uma

grande bobagem, infelizmente transmitida de geração a geração pelo ensino tradicional da gramática na escola".

Porém, o preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada entre língua e gramática normativa. Sendo que o autor nos afirma com suas palavras que não existem lugares que falam melhor do que outros, ou seja, existe, nesses diferentes lugares, uma variedade linguística onde cada ser habitou-se e acabou adquirindo a cultura e o estilo de fala existente nesse lugar, mas o que o autor destaca é que existe sim uma imensa variedade linguística persistente num mesmo país onde se fala o mesmo idioma.

Cada língua tem, portanto, duas histórias; uma história da língua falada e uma história da língua escrita. Na primeira, as coisas andam muito mais depressa que na segunda, onde se pode comparar a língua com um enorme bloco de gelo flutuando no mar do tempo e a gramática é a tentativa de descrever apenas uma parcela mais visível que é a chamada norma culta onde prevalecem as regras exigidas pela sociedade. Perini (2004) diz que a fala é uma forma fundamental da linguagem e a escrita é considerada uma representação da fala, se a linguagem escrita se ocupasse apenas na gramática tradicional, os linguistas voltariam a estudar a língua oral a ponto de afirmar que não acreditavam que o estudo da língua escrita fosse interessante.

Quando a população de um lugar mantém em sua fala palavras que não são mais usadas na escrita da gramática culta, significa dizer que estas palavras já existiam em outro tempo e que permaneceu porque alguém residente na época as falava e a convivência o influenciou. O pronome "tu" está em vias de extinção na fala do brasileiro, mas ainda é muito visto nas palavras dos maranhenses e isso se deve a uma forte imigração de açorianos que influenciou a variedade do português falado nesse estado.

Segundo Bagno (2010, p. 70) "o pronome tu, por exemplo, no Brasil, é usado em algumas regiões específicas e raramente a forma verbal que o acompanha corresponde à das gramáticas e livros didáticos". Portanto, a língua está em constante desenvolvimento, mudando e variando a cada instante, a língua que falamos hoje no Brasil é diferente da que era falada aqui mesmo no início da

colonização, e também é diferente da língua que será falada aqui mesmo dentro de duzentos ou trezentos anos.

Para os lingüistas, o que importa é que a comunicação seja, de fato, efetivada. Vale ressaltar, ainda, que o objeto de estudo da Linguística é a língua. Suassure (2006, p. 15) afirma que “A língua é classificada como um comportamento humano e social, que exprime ideias”. Nesse sentido, a língua é considerada geral, abstrata, já a fala é um sistema concreto de cada pessoa, ela depende de interlocutor para ser concretizada. É indispensável o uso da leitura para melhorar a escrita e, consequentemente, a língua oral.

5 PARA QUE ENSINAR LÍNGUA PORTUGUESA A SEUS FALANTES?

Entende-se por língua materna como aquela língua natural, sendo esta a que o falante aprende como sua primeira língua, ou seja, como seu primeiro sistema de representação e desde cedo ele utilizará esse sistema para expressar-se e compreender a expressão de seus interlocutores. Diante do exposto, Ferrarezi (2008, p. 24) afirma que “A expressão em uma língua natural não é a única forma de expressão criada pelo homem, mas constitui uma das mais importantes formas existentes para a representação de um mundo e seus eventos”. O autor ressalta que a expressão em uma língua tem um grande valor, pois é através dela que o ser humano se utiliza para expressar suas necessidades.

O ensino de Língua Portuguesa vem sendo discutido e avaliado por estudiosos da área, dentre eles pode-se citar Bagno (2011), Labov, (2008), Bortoni-Ricardo (2004), nesse contexto, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs trazem sugestões e tornam-se um pilar para a transformação de objetivos, conteúdos e didática do ensino de língua materna.

O português apresenta uma variedade diversa de conteúdos didáticos: redação, leitura, compreensão de textos, gramática, etc. e muitas vezes o educador se questiona de que maneira poderá inserir tais conhecimentos em situações reais de utilização da língua materna.

É fato que a Língua Portuguesa ainda apresentar um grau de complexidade elevado, no entanto, é importante lembrar que quem dá a vida à língua são seus próprios falantes e quando o falante adquire experiências linguísticas orais certamente será capaz de compreender sua estrutura gramatical. Perini (2004, p. 104) afirma que “a posição da língua portuguesa no mundo era muito diferente da que ela ocupa hoje, pois era a língua de um país em plena expansão, uma das grandes potências marítimas e coloniais do mundo”. Diante desses argumentos, torna-se relevante abordar como foi desenvolvido o trabalho com a língua materna nos últimos anos, além das contribuições da linguística nessa área e como ela está sendo desenvolvido nos dias atuais.

Nesse sentido, é importante relatar que desde o início dos anos 80 que o processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa passou a ser compreendido em dois estágios distintos. Os PCNs mostram que o primeiro

momento de tais estágios seria pela dificuldade em alfabetizar, ou seja, o período que corresponde os primeiros anos escolares. O segundo seria por não conseguir garantir o uso eficaz da linguagem sendo esta uma habilidade necessária para um bom desenvolvimento do educando (BRASIL, 2001).

No decorrer dos anos surgiram novas teorias, e nessa mesma década o ensino de língua materna não mais passou a ser visto como uma sucessão de etapas, mas como um processo contínuo, desse modo, o aluno desenvolve competências e habilidades diferentes ao longo dos anos. Segundo o MEC (2010), foi nessa época que os documentos curriculares brasileiros começaram a propor novas formas de organização em termos de práticas: práticas de leitura, prática de produção de textos e de análise linguística. Todas essas mudanças possibilitaram novos pensamentos que resultaram em objeto de pesquisa.

O trabalho com a oralidade não foi descartado, sendo discutido, dessa forma, por alguns teóricos, dentre eles pode-se destacar Ramos (1997), Saussure (2006), sendo este considerado o pai da Linguística por ter sistematizado os estudos linguísticos, nesse sentido, a linguística se divide em algumas áreas – Sociolinguística, Antropologia Linguística, Psicolinguística – sendo que cada uma delas contribui para o ensino de Língua Portuguesa.

Desde o século XIX até meados do século XX a linguagem era tida como uma expressão do pensamento. Segundo Travaglia, (2005, p. 21) “[...] para essa concepção as pessoas não se expressam bem porque não pensam”, ou seja, ler e escrever bem eram consequências do pensar e, dessa forma, a expressão se constrói no interior da mente sendo sua exteriorização apenas uma tradução.

Mas no decorrer dos anos foram surgindo novas teorias e as concepções de linguagem alteraram a forma de ensinar e a linguagem deixou de ser entendida apenas como a expressão do pensamento para ser vista também como um instrumento de comunicação e o trabalho com gêneros passou a ser visto como importante instrumento de transmissão, e para desenvolver algumas habilidades o aluno precisaria aprender características de cada um dos gêneros para reproduzi-los na escrita e também para identificá-los nos textos lidos.

Dessa forma, Matta (2009) afirma que o trabalho com a língua materna deve ser um instrumento de libertação interior e social. É necessário que o professor apresente atividades em que o aluno possa exercitar as práticas sociais de compreensão e produção de textos e análises e reflexão da língua, tanto na língua

oral quanto na escrita, ou seja, quando essas atividades contemplam a realidade dos alunos criam-se possibilidades de desenvolver um trabalho dinâmico.

É importante ressaltar que nos dias atuais o ensino de língua materna tem focona prática do dia a dia e desenvolve as atividades de fala, leitura e produção de textos. Diante disso, percebe-se que o processo de ensino aprendizagem de Língua Portuguesa tem sido explorado pelos educadores.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), é importante conhecer e analisar criticamente os usos da língua como veículos de valores e preconceitos de classe, credo, gênero ou etnia (BRASIL, 2001). Conhecendo tais princípios o educador terá condições de entender o educando e realizar um trabalho dinâmico.

Outro aspecto de suma relevância é descobrir quais os objetivos que norteiam os professores de Língua Portuguesa, como eles planejam suas aulas, como acontece o trabalho com a oralidade. O trabalho do professor deve ser diversificado, dinâmico, para que não ocorra nenhum bloqueio na vida dos educandos, pois desde cedo a criança já desenvolve a capacidade de se comunicar. Quando entra na escola esta, por sua vez, já traz consigo experiências do seu mundo particular. Os professores, especificamente os de Português, devem ter o devido cuidado para que uma criança não se torne um adulto inibido, pois a escola é um lugar de socialização e os professores têm a oportunidade de propiciar um trabalho variado, caso não estejam preocupados apenas em corrigir os erros ortográficos dos alunos.

Diante dessa situação, o professor deve ter uma finalidade para aquilo que se propõe a ensinar.

Travaglia (2005, p. 17) vem propor que:

> O ensino de língua materna se justifica prioritariamente pelo desenvolvimento da competência comunicativa do aluno. Ao contrário do que muitos pensam essa competência está relacionada a tornar o aluno apto a se comunicar e a entender aquilo que os outros comunicam nas mais diversas situações de uso da língua.

No entanto, o desenvolvimento da linguagem oral não tem sido priorizado nas escolas, seria importante oferecer oportunidades de fala mostrando a adequação da língua a cada situação social da comunicação oral.

O trabalho com a língua materna, além de oferecer inúmeras oportunidades de desenvolver habilidades tanto na língua escrita, quanto na língua

oral, também pode ser um instrumento para o desenvolvimento do homem na sociedade. Cabe, portanto, ao educador, a missão de ensinar, não tratando com indiferença aqueles que utilizam expressões consideradas “erradas”, mas ensinar a norma culta explicando a sua importância na sociedade e esclarecer sobre as variedades linguísticas existentes no Brasil.

Ferrarezi (2008, p. 32) afirma que “o aluno é conduzido a ver na escola, nas aulas de língua materna, sua própria língua materna, aquela que usa cotidianamente, juntamente com a variedade culta”. Pois, dessa forma, ele vai perceber que há uma realidade linguística que corresponde à sua no estudo da sala de aula, e outra realidade que ele pode aprender para determinados fins, não apenas porque a escola impõe, e sim por perceber a importância da língua certamente ele compreenderá os fenômenos linguísticos e aprenderá a se comportar em situações do cotidiano de maneira menos preconceituosa.

Perini (2004, p. 57) também afirma que:

> Há diferenças profundas entre a linguagem que utilizamos ao falar e a outra que utilizamos ao escrever: algumas dessas diferenças são de caráter gramatical, mas as mais importantes têm a ver com a maneira como estruturamos o próprio texto ao falar e ao escrever.

São muitas as diferenças da língua falada para a língua escrita, pois a fala é espontânea e pode-se perceber isso nas diversas situações de comunicação. Na escrita existe a possibilidade de pensar antes de escrever, de avaliar o que se escreveu, enfim, tanto a fala quanto a escrita têm suas particularidades. Dessa forma, o trabalho com a escrita e a oralidade deve ser articulado de modo significativo para que haja a compreensão e assim o educando seja capaz de fazer uso eficaz das mesmas.

6 O PAPEL DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

O professor na sala de aula desempenha uma função de autoridade que lhe confere direitos e obrigações para com seus alunos, principalmente no que se refere à linguagem, isto porque é na sala de aula que são conduzidos maiores formalidades com uma monitoração linguística trabalhada conforme situação vivida na esfera social.

De acordo com Bortoni-Ricardo, (2005, p. 25):

> Na sala de aula, como em qualquer outro domínio social, encontramos grande variação no uso da língua, mesmo na linguagem da professora que, por exercer um papel social de ascendência sobre seus alunos, está submetida a regras mais rigorosas no seu comportamento verbal e não verbal.

O que a estudiosa em questão quer dizer é que em todas as esferas sociais, principalmente na sala de aula, há regras que podem estar documentadas e registradas e cabe ao professor trabalhar essas diferenças considerando as tradições culturais que, de certa forma, também estão inseridas na linguagem e nos domínios próprios da linguística.

A criança que vem da zona rural com o convívio apenas familiar e/ou vizinhos, ao chegar à escola na zona urbana sente a diferença e a distância que existe entre o seu modo de falar e a de seus demais colegas que já convivem em uma comunidade escolarizada há algum tempo e, principalmente, com o professor que se sente na obrigação de falar o português com todas as formalidades exigidas pela gramática normativa (BAGNO, 2004).

Este impacto sofrido pelo aluno poderá deixar algumas sequelas, como sentir vergonha de falar em público. Na própria sala de aula ele se sente envergonhado de falar, embora o momento lhe seja oportuno, mas ele acha que ao se pronunciar todos se voltarão para ele numa atitude reprovativa, pois jamais será aceito um vocabulário caipira voltado para o Brasil no período da colonização.

Nesse sentido, Bortoni-Ricardo diz:

> A língua que predominou na colônia até quase o fim do século XVII foi a denominada língua geral, uma língua franca, desenvolvida entre as nações indígenas tupinambás ao longo da costa atlântica e adotada pelos colonizadores, especialmente os jesuítas engajados na cristianização dos nativos. (BORTONI-RICARDO, 2011,p.27)

A estudiosa em questão busca a origem da fala no Brasil mencionando a língua nativa para explicar os “sotaques” e “dialetos” que, com o passar dos tempos, foram se diversificando, bem como o português da elite administrativa e do clero.

Percebe-se que a mistura de raças no período da colonização influenciou de maneira considerável a questão linguística, acentuando as diferentes pronúncias regionais, culturais e históricas, e assim prossegue até os dias atuais.

Essa diversidade linguística acentuada no Brasil, por se tratar de um grande território onde cada região tem uma cultura diferente, com classes sociais também diferentes, onde a elite, através de seu prestígio, se sobrepõe em todas as situações, e com a linguagem não poderia ser diferente, cabendo, portanto, ao professor de língua portuguesa, trabalhar em sua sala de aula as relações campo-cidade que traz como consequência o modo de falar das crianças da zona rural, onde o acesso aos meios de comunicação é bem mais difícil limitando o convívio apenas com a família ou parentes mais próximos por se tratar de convivência em pequenas comunidades isoladas.

A padronização da língua no Brasil é explicada por fator demográfico, o aumento da imigração portuguesa e outros fatores como: a institucionalização da língua por meio da política de Portugal; a estratificação social da sociedade colonial delegando prestígio à elite; e a tendência para a urbanização (BORTONI-RICARDO, 2011).

No primeiro momento da colonização a aceitação do uso da língua geral por parte da metrópole deu-se por meio de considerações pragmáticas, isto porque o número de cidadãos portugueses aqui no Brasil era limitado. Com a expulsão dos jesuítas tudo mudou novamente em grande número de leis e decretos que foram publicados, cujo objetivo era institucionalizar a língua portuguesa na colônia.

O estudo da gramática em sala de aula passa a ser uma estratégia do professor para a compreensão, interpretação e produção de texto para que ele passe a atingir o seu objetivo através da sistematização da linguagem interiorizada pelo aluno, incentivando à verbalização da mesma e o domínio de outros utilizados em diferentes esferas sociais.

> No ensino-aprendizagem de diferentes padrões de fala e escrita, o que se almeja não é levar os alunos a falar certo, mas permitir-lhes a escolha da forma de fala a utilizar, considerando as características e condições do contexto de produção, ou seja, é saber adequar os recursos expressivos à variedade de língua e estilo, às diferentes situações comunicativas; saber coordenar satisfatoriamente o que fala ou escreve e como fazê-lo; saber

> que modo de expressão é pertinente em função de sua intenção enunciativa em dado contexto e os interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de erro, mas de adequação às circunstâncias de uso, de utilização adequada da linguagem (BRASIL, 1996, p. 31).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) questionam não o modo como os alunos falam, mas as circunstâncias que os levam a falar de acordo com o momento vivido pelo aluno, e o professor é o intermediador, o orientador desta situação.

Professor, aluno e demais falantes da língua materna têm que acreditar que o português falado no Brasil independente da classe social a que pertencem, vindo da zona rural ou urbana fala-se um português correto, pois somente através dessa mudança de atitude, desse ato de reflexão sobre a fala, questioná-la, fazer uso de seu próprio saber linguístico é uma contribuição que está dando para se questionar também a gramática tradicional ou gramática normativa.

6.1 A postura do professor de Língua Portuguesa diante do preconceito linguístico

Pode-se entender o preconceito linguístico como a discriminação contra as pessoas que não fazem uso de um vocabulário culto. Sabe-se também que existe uma forma de falar considerada correta, sendo esta a que segue as regras da Gramática Normativa. Diante do exposto, surgem algumas indagações relacionadas ao comportamento do professor de língua portuguesa diante de tais situações.

O docente deve estar preparado para lidar com diversificadas situações que envolverem a língua portuguesa, pois se houver uma conscientização das inúmeras diversidades linguísticassua prática não será repressiva, mas reflexiva.

Bagno, (2004, p. 56) diz que:

> Do ponto de vista da história de cada indivíduo, o aprendizado da língua falada, sempre precede o aprendizado da língua escrita, quando este acontece. Basta citar os milhões de pessoas que nascem, crescem, vivem e morrem sem jamais aprender a ler e escrever.

Nesse sentido, fica esclarecido que, muitas vezes, o aprendizado da escrita pode nem chegar a acontecer, mas nem por isso o ser humano vai deixar de viver, mesmo que ele sofra algumas privações por não ter adquirido uma cultura letrada.

A posição do professor como mediador do conhecimento frente às diferenças linguísticas deve ser no sentido de contribuir para que tais práticas não continuem a se perpetuar na sociedade, pois na maioria das vezes os docentes, preocupados em cumprir com o conteúdo que lhe é proposto ensinar dão pouca ênfase ao conjunto de normas textuais e sociais que são de suma importância no cotidiano dos alunos (ANTUNES, 2007).

Geralmente, as pessoas que vivem na zona rural têm comportamentos diferentes daqueles que vivem na zona urbana, eis aí duas vivências que devem ser analisadas, pois as pessoas costumam falar de acordo com o que aprendem na sua família, na comunidade na qual estão inseridas.

Dessa forma, Antunes (2007), quando afirma que os fatos linguísticos estão ligados à história das pessoas, às suas lutas, e com isso as línguas, ao longo dos tempos foram recebendo tratamento de acordo com as diversas condições de cada indivíduo.

O ensino de língua materna é muito importante e o professor deve aprender a valorizá-la, apreciar esse dom que nos é concedido de forma tão significante e evitar a descriminação entre as diversas variantes linguísticas no ambiente escolar, do contrário, a escola torna-se um ambiente de exclusão. O docente compromissado com a ética de ensinar buscará utilizar metodologias com temas que despertem o interesse dos alunos em aprender mais sobre a língua materna. Se um professor, em uma determinada sala de aula tiver, em sua maioria, alunos oriundos da zona rural, que estratégias deve utilizar para que tais alunos não sejam vítimas de preconceitos relacionados à língua?

Para que haja uma educação de qualidade o professor precisa estar livre para ensinar e o aluno livre para aprender, não importa se o mesmo veio de um ambiente que não favoreceu a ele uma cultura letrada, o fato de estar na escola como um estudante merece ser respeitado. O professor deve manter essa relação de amizade, não de imposição, sendo um sujeito crítico, responsável,capaz de entender as variedades linguísticas, assim será capaz de ajudar seus alunos da melhor maneira possível, pois muitas crianças ingressam na escola sem entender, de fato, o porquê de estarem na escola.

Perini (2000, p. 35) diz que: “A língua que aprendemos com nossos pais, irmãos, é a mesma que falamos, mas não é a que escrevemos”. Nesse sentido, se o docente não está capacitado para ensinar e responder possíveis questionamentos relacionados à diversidade linguística, ou mesmo conduzir uma discussão relacionada a esta mesma temática poderá, sim, ocorrer o preconceito linguístico.

Dentre as situações apontadas existe uma que é relevante e que está ligada à questão socioeconômica, visto que, muitas vezes, costuma-se atribuir valores consoantes à forma como os seres humanos se apresentam na sociedade e isso é muito perigoso, pois o educador deve ter o cuidado de tratar seus alunos de maneira igualitária valorizando a cultura de cada um e, assim, contribuir para o desenvolvimento do indivíduo na sociedade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (2001, p. 32) afirmam que:

> As instituições fazem diferentes usos da linguagem oral: um cientista, um político,um professor, um religioso, um feirante, um repórter, radialista, enfim, todos aqueles que tomam a palavra para falar em voz alta, utilizam diferentes registros em razão das também diferentes instâncias nas quais essa prática se realiza.

Nas diversas situações de fala cada grupo se apresenta de forma diferente. Como se pode perceber não são apenas as pessoas que vivem à margem da sociedade que apresentam peculiaridades nem sua fala, pois um político, um feirante, por exemplo, apresentam características próprias do seu modo de se expressar.

No ambiente escolar, muitas pessoas são vítimas de comentários relacionadas à sua maneira de falar, por conta disso, são ridicularizadas diante de seus colegas. Nesse sentido, é importante observar como está sendo trabalhada a avaliação linguística em sala de aula e como o docente se posiciona diante das diversas formas de discriminação presentes nela. Diante disso, Gomes (2009) aborda sobre o trabalho da oralidade em sala de aula, sendo que é necessário respeitar as variedades linguísticas do aluno, visto que se trata de um trabalho delicado, uma vez que isto pode afetar diretamente o desempenho deste aprendente, pois ao apresentar um trabalho, por exemplo, dependendo da forma como for criticado, seja pela sua oralidade, ou mesmo pela maneira como produziu o próprio trabalho, poderá ter dificuldades para fazê-lo novamente.

7 O QUE É PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO?

A concepção do PPP (Projeto Político Pedagógico) tende-se a nortear as organizações dos textos, fundamentando-se na ideia de que a escola desenvolve sua própria essência no âmbito de seu contexto histórico, sendo que os textos estão organizados em torno da construção coletiva e na gestão escolar.

De fato, o Projeto Político Pedagógico consta em si os objetivos que a escola pretende alcançar junto aos alunos, funcionários e comunidade em busca da melhoria da qualidade de ensino. Neste projeto também consta o histórico da escola campo, o número de alunos e funcionários em geral, a quantidade dos cômodos pertencentes à escola e todo detalhamento dos aspectos pedagógicos e administrativos.

Para Veiga (1995, p. 11) “A escola é o lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos”. Nessa perspectiva, é necessário que a escola disponha-se de condições necessárias para a realização de um projeto educativo. No sentido etimológico o termo “projeto” vem do latim *projectu*, que significa ir à diante (VEIGA, 1995, p. 27)

O projeto busca um rumo, uma direção para alcançar seus objetivos e antever um futuro diferente do presente. Nas palavras de Gadotti (1994, p. 579) “[...] todo projeto supõe rupturas e promessas para o futuro”. Porém, um projeto educativo tende a ser uma promessa frente a determinadas rupturas. Nessa perspectiva, o projeto não é algo construído e, em seguida, arquivado e encaminhado às autoridades superiores como prova do cumprimento das tarefas pedidas, no entanto, ele é construído e vivenciado por todos que fazem parte do processo educativo da escola. Desde então o Projeto Político Pedagógico divide-se em duas dimensões, a dimensão política e a dimensão pedagógica.

Segundo André (2001) afirma, o projeto é político no sentido de compromisso com formação do cidadão para um tipo de sociedade e pedagógica porque possibilita a efetivação da intencionalidade da escola que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo.

O PPP representa um novo desafio para a escola que é uma instituição social, filosófica e pedagógica. No entanto, a escola tem como objetivos formar cidadãos conscientes, reflexivos e autônomos, valorizando os aspectos sociais e culturais. A escola objetiva valorizar a relação entre comunidade e escola que é um dos requisitos importantes para o desenvolvimento do educando.

Segundo Freire (1992), ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho, caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar. A escola não caminha sozinha, é necessário que a comunidade caminhe junto a ela para que haja melhor aprendizagem. É necessário definir as metas e lutar por aquilo que almeja alcançar, pois a aprendizagem é um processo árduo e é importante que haja união e força de vontade tanto do educador, quanto do aluno e demais profissionais da instituição.

A escola funciona coletivamente. Sozinha ela não é capaz de promover o crescimento funcional do educando, dependendo, assim, do apoio da comunidade, professores, alunos, gestores, supervisores e apoio da Secretaria de Educação do Município, Estado e outras entidades que fazem parte da educação.

Segundo Veiga e Carvalho (1994, p. 50) “O grande desafio da escola, ao construir sua autonomia, deixando de lado seu papel de mera ‘repetidora’ de programas de treinamento é ousar assumir o papel predominante na formação dos profissionais”. Isto é, para a melhoria da qualidade de formação profissional é necessário uma valorização ao trabalho dos profissionais da educação, garantindo-lhes o direito ao aperfeiçoamento profissional permanente tanto por parte da instituição, quanto pela gestão superior. Em si, significa valorizar a experiência e o conhecimento que os professores têm a partir de sua própria prática pedagógica.

A melhoria da qualidade da formação profissional do educador deve-se à formação continuada que é um direito de todos os profissionais que estão trabalhando na escola, uma vez que esta não possibilita apenas a progressão funcional.

> Assim, a formação continuada dos profissionais da escola compromissada com a construção do projeto político pedagógico não deve limitar-se aos conteúdos curriculares, mas se estender à discussão da escola como um todo e suas relações com a sociedade (VEIGA, 1995, p. 20).

Nesse contexto, realizar a construção do PPP é construir um instrumento de luta, é uma forma de contrapor a fragmentação do trabalho pedagógico e sua rotinização.

A escola ao todo, bem como os educadores, funcionários, alunos e pais têm o direito de acesso ao Projeto Político Pedagógico, pois nele consta de forma clara o tipo de escola em que ambos estão inseridos, assim todos deverão definir o tipo de sociedade e o tipo de cidadão que pretendem formar futuramente.

7.1 O Projeto Político Pedagógico como norteador do trabalho escolar

O PPP é definido como o plano global da instituição considerado um documento teórico-metodológico que tem como função a organização do trabalho escolar. A busca por um ensino de qualidade vem sendo o desafio do século XXI e com isso este documentotornou-se o objeto de estudo para professores, pesquisadores e instituições educacionais. Objetivando a organização do trabalho escolar esse documento serve como norteador das atividades educacionais, pois além de analisar como está o funcionamento da escola, de um modo geral, propicia meios para solucionar problemas.

Vasconcellos (2006, p. 169) nos diz que: “É um elemento de organizaçãoe integração da atividade prática da instituição nesse processo de transformação”. Integração porque não é produzido individualmente, ou seja, uma equipe é responsável pela elaboração do Projeto e organização porque é feita uma sondagem onde são analisadas as principais dificuldades e através dessa análise são traçadas metas visando preparar os educadores para a nobre função de ensinar.

Para que a ação do planejamento seja efetivada com sucesso é importante esclarecer os princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico. Os princípios são regras que são criadas para facilitar o desenvolvimento tanto do educando quanto dos demais profissionais da instituição. Dentre as normas estabelecidas faz-se necessário ressaltar a igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

Passos (1995, p. 16) afirma que: “a igualdade de oportunidades deve ser não apenas oferecer um grande número de ofertas, mas propiciar um atendimento de qualidade ao educando”. A qualidade faz parte dos princípios e está relacionada ao compromisso que a escola tem de promover um ensino que satisfaça as necessidades dos educandos procurando evitar a repetência e a evasão. Vasconcellos (2006, p. 172) afirma que “uma das funções primordiais do projeto é ajudar a resolver problemas”. É certo que são muitas as dificuldades que os profissionais da instituição encontram, nesse sentido esse documento serve como norteador do trabalho escolar, pois todos os problemas que giram em torno do ambiente educacional devem ser analisados com cuidado para que sejam encontradas as soluções. Além da qualidade que é um requisito essencial à gestão democrática é um princípio que abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira.

Para Passos (1995 p. 18) “A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista a sua socialização”. Dessa forma, todos os profissionais têm uma função específica para desempenhar e se houver unidade de propósitos a equipe avançará e parte dos objetivos pode ser alcançada.

A liberdade e a valorização do magistério são princípios que merecem destaques, visto que ambos estão relacionados ao fazer pedagógico. A liberdade relaciona-se com a autonomia e todos os que estão envolvidos no projeto precisam ter o direito de expressar suas ideias. Passos (1995, p. 18) diz que “o princípio da liberdade está sempre associado à autonomia”.

O educador deve ser valorizado e para que haja bom rendimento o mesmo deve estar sempre ampliando seus conhecimentos. Sabe-se que se o docente não buscar inovações para aplicar em seu contexto de sala de aula, certamente os alunos se sentirão desmotivados, e é com esse propósito que a valorização do magistério torna-se um princípio essencial no PPP, pois o que é importante, de fato, não é simplesmente o conteúdo que está sendo “repassado” para o aluno, mas de que forma este tem sido compartilhado, ou seja, a qualidade do ensino é essencial para que haja uma boa aprendizagem por parte do aluno.

Segundo Passos (1995, p.19)

> Os docentes deverão comprometer-se com a sua profissionalização, pois a cada dia são muitas as exigências e cobranças pelas autoridades e pelos próprios educandos, diferente de algumas décadas, os professores já estão

> tendo mais facilidade para cursar uma faculdade e o ensino de qualidade depende inteiramente do professor qualificado, pois cabe ao educador a nobre missão de formar cidadãos capazes de usufruir dos benefícios da sociedade.

Enfim, todos os princípios quando bem articulados promovem o crescimento do educando e dos demais envolvidos no ambiente educacional, pois quando há o planejamento daquilo que se pretende realizar, quando há envolvimento do grupo, surgem oportunidades para desenvolver um bom trabalho.

Diante do exposto é importante ressaltar como o Projeto Político Pedagógico é estruturado e como funciona na prática. Este documento é composto de três partes: Marco referencial, Diagnóstico e Programação. Sabe-se que esse documento tem características próprias da instituição da qual faz parte; no marco referencial estão descritos os valores, aquilo que se almeja alcançar, ou seja, através da análise da realidade busca-se um posicionamento para enfrentar as dificuldades.

No diagnóstico é realizada uma sondagem e é através da mesma que são analisadas as necessidades e são definidos meios para alcançar os objetivos. A programação refere-se à proposta de ação, é onde se define a função que cada profissional deve exercer. Compete a cada um cumprir com suas responsabilidades visando o aperfeiçoamento para que haja o rendimento.

Vasconcellos (2006, p. 170) afirma que “O que realmente importa não é que o projeto fique apenas no nível filosófico, ou ainda sociológico, pois se a preocupação consistir somente em produzir o projeto a escola não avançará no seu papel de transformar cidadãos”. Ao observar o Projeto Político Pedagógico percebe-se que há certa preocupação no momento de elaborá-lo. O autor deixa claro que este documento deve ser mostrado na prática por meio da execução de suas ações, pois quando os educadores não seguem as orientações que estão descritas neste corre-se o risco de haver uma perda no sentido das ações que deveriam ter sido realizadas ocasionando, portanto, em prejuízos com relação ao processo ensino-aprendizagem.

O mais coerente a ser feito é estabelecer unidade de propósitos nas ideias que versam o PPP, pois de nada adianta o gestor estar empolgado com as atividades que deverão ser desenvolvidas na escola se os demais funcionários não estiverem de acordo, ou vice-versa. É preciso que todos estejam em comum acordo,

pois este documento deve ser elaborado coletivamente, ou seja, é necessário que todos que fazem parte do contexto escolar estejam envolvidos e participem ativamente de sua construção.

Cada instituição tem a sua forma de trabalhar e assim cada projeto tem características próprias da escola, pois na elaboração do projeto o grupo envolvido discute e analisa as possibilidades de promover o crescimento.

O projeto, além de nortear o trabalho escolar é uma incumbência que está descrita na LDB 9394/96 no seu artigo 12 no inciso I diz que: “Os estabelecimentos de ensino terão a responsabilidade de elaborar e executar a sua proposta pedagógica”. Nesse artigo estão presentes indicações de como essa proposta deve ser elaborada ressaltando a importância que cada docente tem de velar pelo cumprimento do seu plano de trabalho, assim como o cumprimento dos dias letivos e horas-aulas estabelecidas. Fala-se também sobre a necessidade da articulação das famílias com a comunidade, visto que a família presente na escola além de conhecer um pouco de suas dificuldades poderá contribuir amenizando alguns problemas que podem vir a acontecer.

Por ser um planejamento coletivo, os envolvidos devem estar compromissados, pois na prática as coisas são bem diferentes. Muitas vezes quando surgem as dificuldades os educadores nem lembram quais as ideias que foram traçadas no início do ano. Muitos docentes preferem solucionar os problemas de outra forma.

Vasconcellos (2006, p. 40) afirma que:

> Em termos de mobilização para o projeto podemos refletir com os educadores o momento de forte crise que vivemos, o que pede a tomada de consciência e a instrumentalização, pois agir no “piloto automático” já não funciona, não da conta das novas demandas, das cobranças que os alunos nos fazem.

Na verdade, acima de tudo, deve haver a sensibilização no decorrer de todo o processo de preparação das atividades propostas, e não apenas na hora de fazer o diagnóstico, mas no decorrer de todo o percurso, pois quando o educador está aberto para ouvir o que cada um diz, certamente ele será capaz de interagir de forma dinâmica e não irá em busca de culpados pelas falhas do caminho, pelo contrário, se auto avaliará, e com isso procurará novos métodos para alcancem tais necessidades.

É por isso que Vasconcellos (2006, p. 38) diz que “Antes da elaboração do Projeto Político Pedagógico é importante que haja sensibilização por parte dos envolvidos”, ou seja, sem sensibilidade fica difícil fazer a sondagem, analisar as dificuldades, enfim, é necessário que haja dedicação e interesse de todos os membros para que os problemas sejam resolvidos com transparência.

8 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA CAMPO

Apresente pesquisa fora realizada na Escola Jardim do Éden, da rede municipal de ensino que fica localizada à Rua das Mangabeiras, Nº 777, Bairro da Esperança na cidade de Chapadinha – MA.

Esta instituição possui 12 salas de aula, sendo todas com ventilador, 2 banheiros, 1 sala de professores com 1 banheiro para professores, não possui quadra esportiva, 1 pátio, 1 cantina em bom estado de conservação, não possui biblioteca, 1 sala de informática. O estado de conservação do prédio da escola é razoável.

Quanto ao corpo docente, a escola campo possui 50 professores, alguns deles trabalham mais de um turno na mesma escola. Estes se encontram assim distribuídos por área de formação: 12 (doze) são professores graduados em Língua Portuguesa, 14 (quatorze) são graduados em Pedagogia, 6 (seis) são graduados em História, 11 (onze) são graduados em Matemática e 7 (sete) são graduados em Biologia.

O corpo administrativo da escola é composto por 1 (um) Diretor Geral, 4 (quatro) agentes administrativos, 01 (um) supervisor, 04 (quatro) vigias e 06 (seis) auxiliares de serviços gerais.

Quanto à formação dos docentes, estes, por sua vez, possuem graduação concluída e/ou especialização completa ou em andamento, ou seja, pode-se perceber que a escola possui um quadro de professores devidamente qualificados para estarem inseridos no contexto de sala de aula .

8.1 Caracterização da pesquisa

Ao todo foram usadas quatro turmas do ensino fundamental do 6º ao 9º ano dos turnos matutino, vespertino e noturno para a observação e aplicação dos

questionários que serviram como instrumentos de coleta de dados. Os professores de Língua Portuguesa também tiveram participação nesta etapa.

Aplicou-se dois tipos de questionários, sendo cada um para cada grupo de sujeitos envolvidos na pesquisa: alunos e professores. O grupo denominado “alunos” respondeu uma entrevista semiestruturada contendo sete questões fechadas e o grupo denominado “professores” respondeu seis questões semiestruturadas também fechadas.

De acordo com Traldi (2011, p. 33), pesquisa quantitativa “é aquela em que o pesquisador reúne, registra e analisa dados numéricos”. Isto é, primeiramente se inicia um longo estudo de uma amostra em que se quantificam fatores procurando correlações estatísticas, característica esta que se assemelha à metodologia aplicada à presente pesquisa.

Os entrevistados foram 5 professores de Língua Portuguesa e 41 alunos, incluindo alunos oriundos da zona rural, próximos da escola e de bairros mais distantes. A escolha dos mesmos deu-se aleatoriamente, bem como as suas faixas etárias. A coleta de dados deu-se no turno vespertino

Partindo do princípio de que a escola é uma instituição sistematicamente organizada, supõe-se que a verdade encontra-se pronta e acabada nos livros e na cabeça dos educandos. Conforme orientação ministrada pelo orientador faz-se necessário buscar a compreensão e a valorização através do docente na busca de informações, troca de ideias e parcerias entre os elementos envolvidos nesse processo de ensino e aprendizagem.

A escola pode fazer a distinção entre a norma padrão (ideal) e as variedades cultas (reais) dentro do contexto da sala de aula, lugar apropriado para acompanhar o desempenho e o domínio do educando no convívio social.

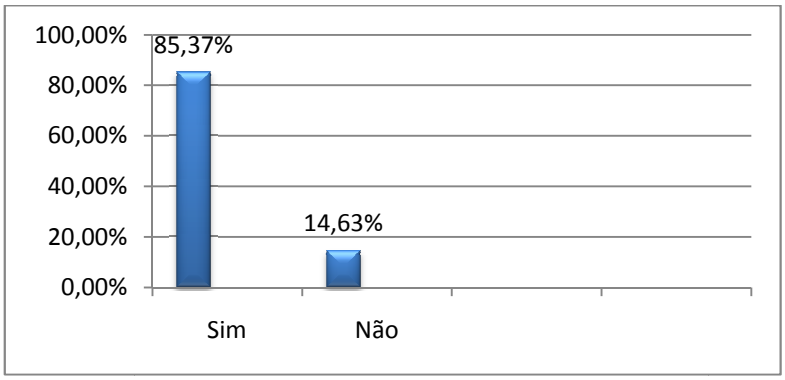
O professor de Língua Portuguesa deve orientar seus alunos quanto à diferença que existe entre a norma padrão e as variedades cultas, bem como a importância da gramática e dos dicionários na comunicação tornando-os cientes de que ambos funcionam como pressuposto para o entendimento do uso da língua.

8.2 Análise dos resultados da pesquisa com o grupo “alunos”

Foram aplicados questionários para o grupo “alunos” contendo sete questões, cujo resultado será apresentado a seguir com suas respectivas análises.

A primeira pergunta do questionário foi em relação à Língua Portuguesa, se os alunos tinham apresso pela disciplina. No Gráfico – 1 observou-se que 85,37% dos alunos questionados afirmam gostar da disciplina Língua Portuguesa e 14,63% afirmam que não. Dentre estes resultados constatou-se que a maioria dos alunos gosta e tem afinidade com o Português, sabendo-lhes que a Língua Portuguesa é importante e essencial para o aprimoramento profissional do educando. Segundo Pinheiro (2014, p. 56), “A importância da língua portuguesa para nós é imensa, pois é a língua que falamos desde os nossos primeiros dias até o fim de nossas vidas, portanto a importância é imensa, uma vez que é a nossa língua”. Portanto, deve-se valorizar a linguagem e vê-la como de suma importância para comunicação em geral, porém a leitura é considerada uma das competências mais importantes para serem trabalhadas com o aluno por conta das mudanças ortográficas que vêm ocorrendo atualmente e pelo simples fato do educando aprender a obter o hábito da leitura.

GRÁFICO 1 – Alunos que apreciam a disciplina de Língua Portuguesa.



Fonte: elaboração dos autores

O segundo questionamento fez menção ao preconceito linguístico, ou seja, se alguma vez o aluno havia sofrido esse tipo de preconceito em sala de aula. O GRÁFICO – 2 mostra que 43,90% dos alunos responderam ter sofrido preconceito

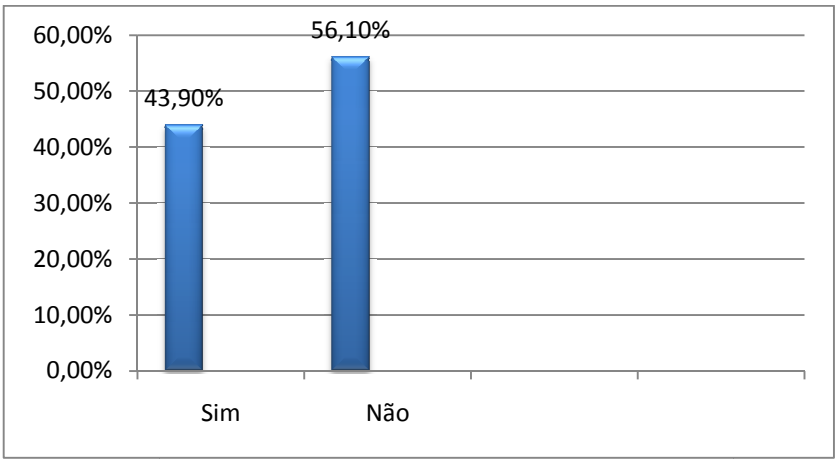
linguístico e 56,10% afirmaram que não foram vítimas de preconceitos relacionados à sua maneira de falar.

Conforme os dados expostosa maioria dos alunos não sofreram preconceito pela maneira de falar ou por terem pronunciado uma palavra fora da norma culta, porém, deve-se levar em consideração que o percentual de alunos que sofrem preconceitos em relação à sua fala é expressiva.

> [...] mas os preconceituosos, como bem sabemos, impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso próprio modo de ser e de estar no mundo. É necessário um trabalho lento, contínuo e profundo de conscientização para que se comece a desmascarar os mecanismos perversos que compõem a mitologia do preconceito. (BAGNO,2007 p.75)

O preconceito acaba desvalorizando a variedade linguística do indivíduo tornando-a numa apreciação negativa que vem sendo alimentada pelos meios de comunicação onde alguns dizem o que é certo e o que é errado, embora algumas pessoas possam ter ideias preconceituosas, mas elas podem não agir em conformidade com elas. Porém, a língua falada é vista por diversas maneiras e isso se deve à variedade linguística existente em um só país.

GRÁFICO 2 – Preconceito linguístico sofrido pelos alunos

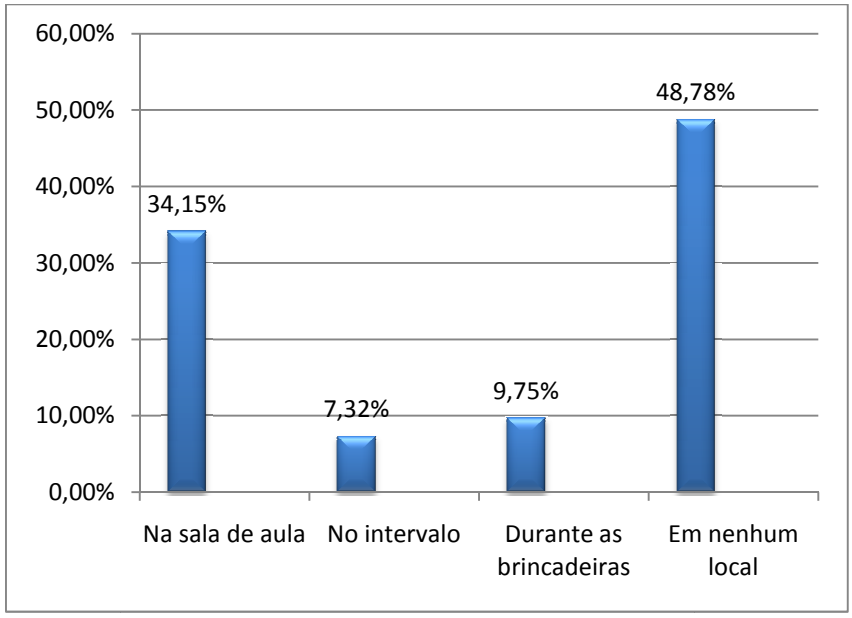


Fonte: elaboração dos autores

O terceiro questionamento fora direcionado para o local onde o educando sofreu preconceito linguístico. No GRÁFICO – 3 estão os dados relacionados ao local onde os alunos sofreram o preconceito linguístico, dessa forma, constatou-se

que 34,15% dos alunos entrevistados afirmaram que se sentiram discriminados em sala de aula pela sua maneira de falar, outros 7,32% afirmaram terem sido vítimas desse tipo de preconceito durante o intervalo e ainda 9,75% responderam que essa situação ocorreu durante as brincadeiras entre os colegas. Um grupo de 48,78% respondeu que não sofreu preconceito em nenhum desses locais.

GRÁFICO 3- Local, dentro da escola, em que ocorreu preconceito linguístico



Fonte: elaboração dos autores

Diante das respostas é importante ressaltar que alguns alunos declararam ter sofrido o preconceito no local onde não deveria ocorrer, ou seja, na sala de aula. Nesse sentido, Bagno, Gagné e Stubbs (2002 p. 80) abordam sobre os objetivos da escola no que diz respeito ao ensino da língua:

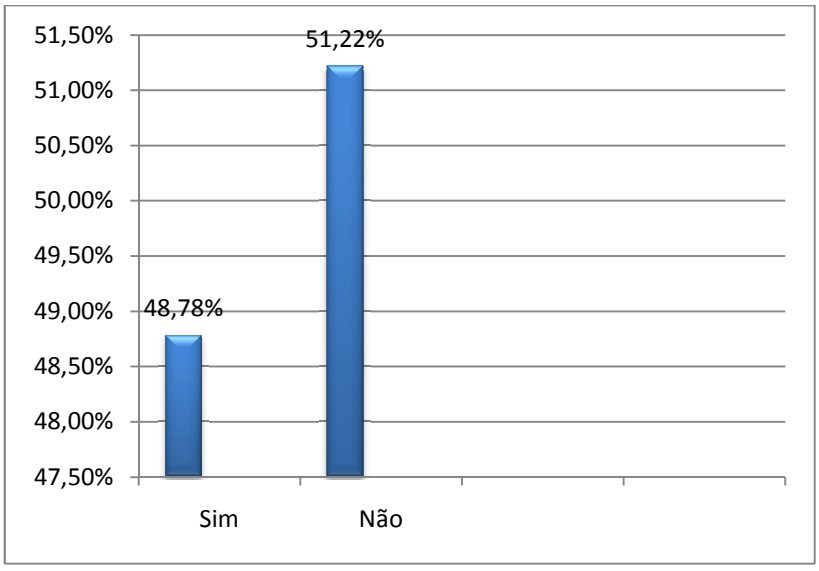
> Cabe à escola a sua função primordial que é formar cidadãos com capacidade para se expressar de modo eficaz oralmente e por escrito para que possam se inserir de pleno direito na sociedade, mas para que isso aconteça é necessário oferecer a eles uma verdadeira educação linguística.

É necessário levar em consideração o fato de 56,10% dos alunos terem respondido na questão anterior que nunca sofreram preconceito linguístico de nenhuma natureza, e que estes mesmo alunos afirmam terem sofrido preconceito em variados locais dentro da escola. Dessa forma, o que se pode concluir é que ou

os alunos não compreenderam os questionamentos realizados a eles, ou não sabem de fato, o que vem a ser preconceito linguístico.

O quarto questionamento fora direcionado de maneira específica para o contexto de sala de aula, ou seja, se o aluno, uma vez inserido no contexto de sala de aula, foi corrigido pela sua maneira de falar, 48,78% responderam que sim e 51,22% disseram que não. Isso comprova que muitos docentes já estão familiarizados e agindo com mais coerência quanto ao ensino da língua materna e já percebem que o fato de alguns alunos não usarem a norma culta não quer dizer que não saibam falar o próprio idioma, no entanto, um número significativo de alunos já foram corrigidos pela sua maneira de falar em sala de aula. Diante dessa situação, Travaglia (2005, p. 33) diz que: "A forma como o professor concebe a linguagem e a língua é muito importante, visto que quando há um conhecimento das variedades linguísticas o professor ao invés de corrigir os alunos esclarecerá sobre a diversidade linguística".

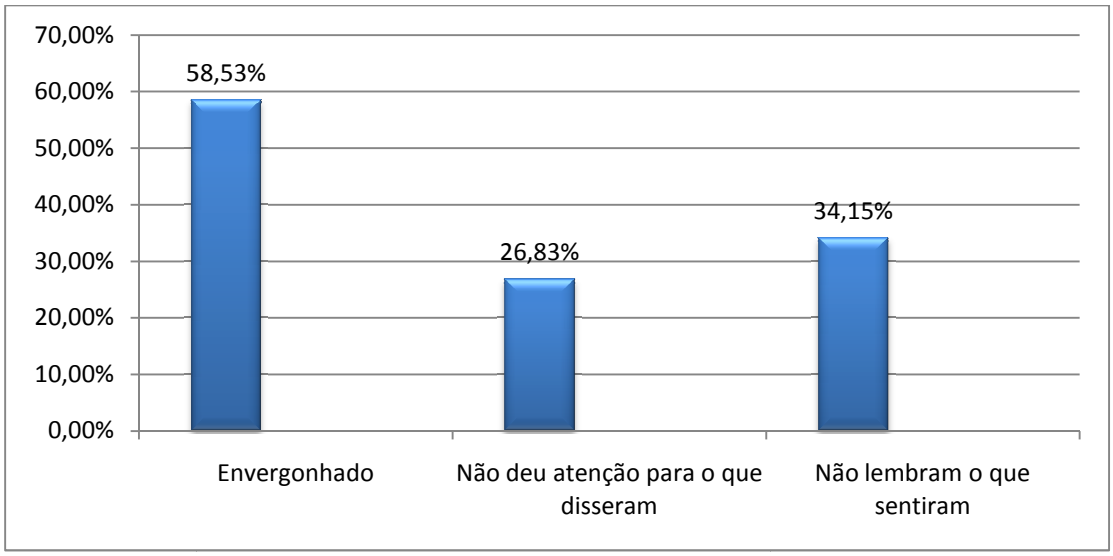
GRÁFICO 4- A questão dos alunos serem corrigidos pela maneira de falar



Fonte: elaboração dos autores

O questionamento seguinte fez menção à questão emocional, ou seja, que sentimentos foram desencadeados no aluno quando este fora corrigido, em sala de aula, pela sua maneira de falar. 58,53% dos alunos declararam que se sentiram envergonhados, 26,83% não deram atenção para o que disseram e 34,14% não lembraram como se sentiram.

GRÁFICO – 5 Como o aluno se sentiu ao ser corrigido



Fonte: elaboração dos autores

O Preconceito linguístico é frequente nos dias atuais e com isso é importante que os professores, principalmente os de língua portuguesa, ensinem os conteúdos e esclareçam questões relacionadas às variações linguísticas.

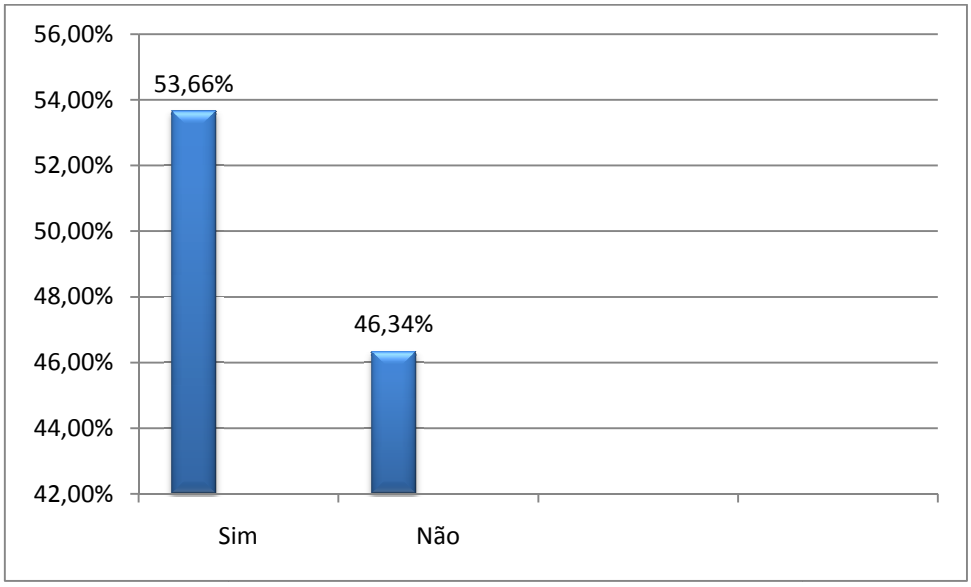
Bagno (2004, p. 70):

> É preciso garantir sim, a todos os brasileiros, o reconhecimento (sem o tradicional julgamento de valor) da variação linguística, porque o mero domínio da norma culta não é uma fórmula mágica que de um momento para outro, vai resolver todos os problemas de um indivíduo carente.

Para que os alunos se sintam livres para aprender cabe aos docentes a responsabilidade de ensinar de um modo em que os mesmos não se sintam discriminados.

O sexto questionamento fora direcionado à prática docente de acordo com a percepção dos alunos. Questionou-se aos discentes se seu professor de Língua Portuguesa trabalhava em sala de aula com as Variedades Linguísticas. Dos entrevistados, 22 alunos que representam 53,66% responderam que sim, 19 alunos que representam 46,34% responderam que não. Diante deste resultado, concluiu-se que o professor tenha, de fato, trabalhado as variedades linguísticas com seus alunos.

GRÁFICO 6 – Se o professor já trabalhou a variedade linguística em sala de aula



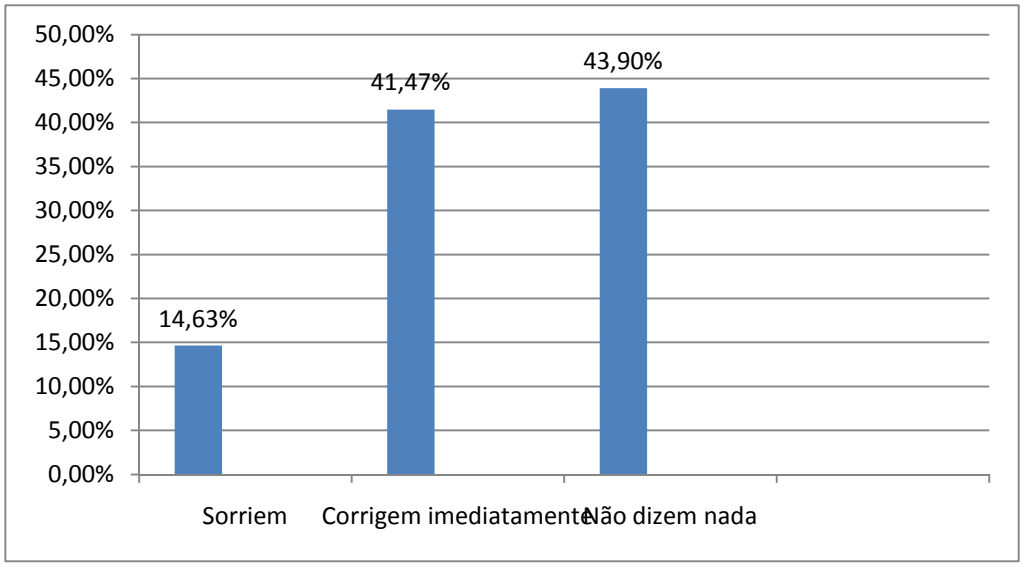
Fonte: elaboração dos autores

Para Bagno (2004) os preconceitos impregnam-se de tal maneira na mentalidade das pessoas que as atitudes preconceituosas se tornam parte integrante do nosso modo de ser e de estar no mundo. Assim, é necessário um trabalho contínuo, lento e profundo de conscientização para que se comece a desmascarar os mecanismos perversos que integram a mitologia do preconceito. Bagno afirma, ainda, que é necessário que haja um trabalho de conscientização quanto ao preconceito linguístico que deverá partir de pessoas que saibam discernir variedade linguística de preconceito linguístico, ou seja, um trabalho que seja capaz de fazer com que a comunidade compreenda melhor esta temática e repense suas ações diante de fenômenos relacionados à linguagem.

O último questionamento destinado ao grupo “alunos” também esteve relacionado aos seus sentimentos, porém de maneira inversa, ou seja, questionou-se aos alunos que reações são desencadeadas nele quando percebe que seu colega pronunciou alguma palavra de maneira inadequada. 14,63% falaram que às vezes sorriem, criticando aquele que está falando; 41,47% disseram que costumam corrigir imediatamente aquele que fala “errado” conforme o seu entendimento; 43,90% afirmam que não dizem nada, apenas escutam o que os outros estão

falando respeitando, assim, aquele momento que, muitas vezes, é de incerteza e insegurança.

GRÁFICO – 7: Reação do aluno quando algum colega pronuncia alguma palavra "errada"



Fonte: elaboração dos autores

Justifica-se a reação dos alunos em relação à"inadequação linguística"de seus colegas pelo mito que fora criado em torno do uso da língua, ou seja,m mesmo que o indivíduo se sinta inseguro quanto ao uso de sua língua materna, ainda assim sente-se à vontade para esboçar alguma reação diante do uso impróprio da linguagem por parte de terceiros. Nesse contexto, Bagno (2004, p. 149) afirma por meio de seu discurso que:

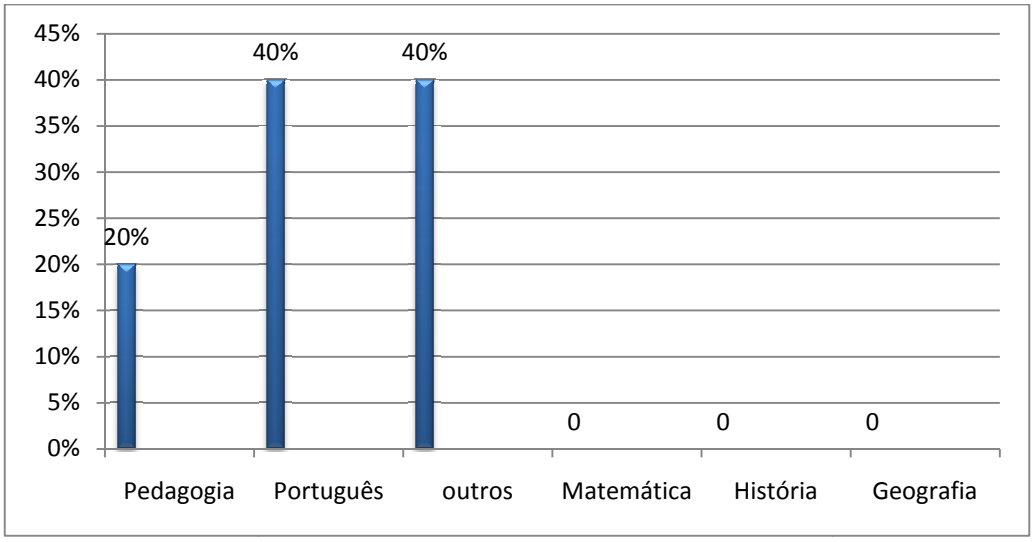
> A gramática permanece viva e forte porque, ao longo da história, deixou de ser apenas uma tentativa de explicação filosófica para os fenômenos da linguagem humana e foi transformada em mais um dos muitos elementos de dominação de uma parcela da sociedade sobre as demais.

Assim, a Gramática Normativa é usada por uma pequena parcela da sociedade que, por sua vez, é imposta aos demais e considerada a norma correta de se falar por ser vista como uma norma culta usada pela elite urbana da sociedade.

8.3 Análise dos resultados da pesquisa com o grupo “professores”

O primeiro questionamento direcionado ao grupo denominado “professores” estava relacionada à sua formação.Observou-se que 40% dos professores entrevistados são graduados em Letras com licenciatura plena em Língua Portuguesa; 20% são pedagogos; 40% dos docentes afirmaram serem formados em outras áreas, mas não a citaram, embora tivesse opções para licenciatura em história, matemática, geografia, ciências.

GRÁFICO 8 – Licenciatura do professor



Fonte: elaboração dos autores

Pela resposta dada pelos professores pode-se perceber que ainda existem docentes que estão em sala de aula com disciplinas que não têm relação com a sua área de formação.

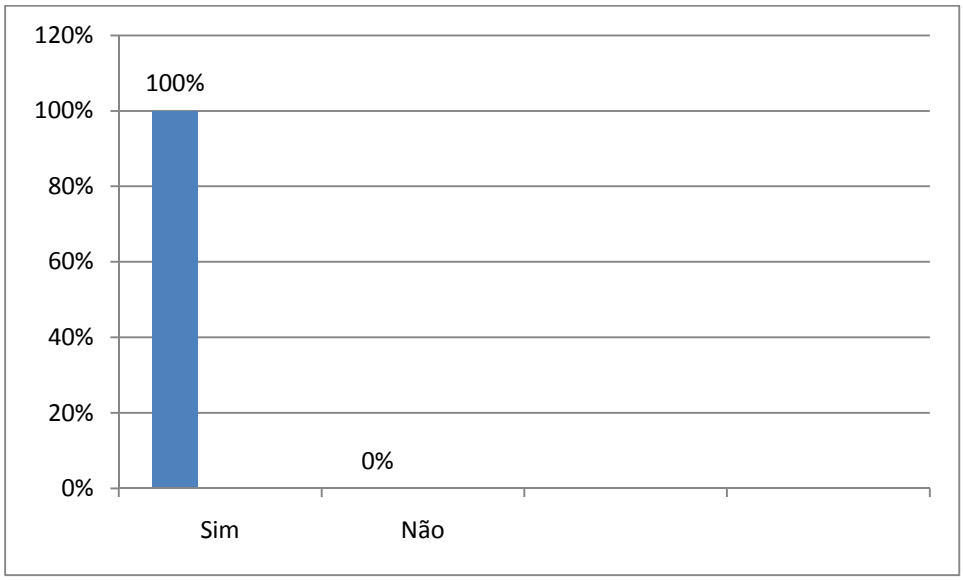
> De acordo com o conceito de ação docente, a profissão de educador é uma prática social. Como tantas outras, é uma forma de se intervir na realidade social, no caso, por meio da educação que ocorre não só, mas essencialmente nas instituições de ensino isso porque a atividade docente é ao mesmo tempo prática e ação (PIMENTA, 2012, p. 41).

Porém, nos dias atuais, o professor procura adquirir mais conhecimentos e habilidades para o ensino através de cursos mantendo sempre sua formação continuada, sendo que o professor trabalha com grupos de pessoas e isso lhe permite ser social. Mas deve-se levar em consideração que embora vivencie-se

atualmente o contexto da globalização, em que todas as áreas estão interligadas, ainda assim é importante que o docente trabalhe com sua área de formação.

O próximo questionamento direcionado ao grupo em questão versou acerca do trabalho docente com a variedade linguística. No GRÁFICO – 9 percebeu-se que 100% dos docentes afirmaram trabalhar em sala de aula a com esta modalidade da língua materna.

GRÁFICO 9 – Professores que trabalham a variedade lingüística em sala de aula



Fonte: Elaboração dos autores

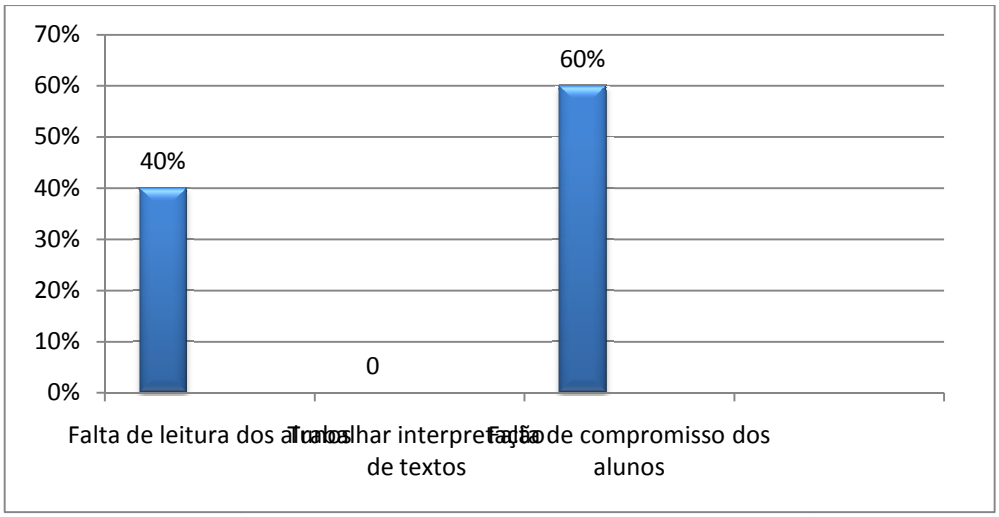
Para eles as variações existem em elevado número em salas de aula e os professores de Língua Portuguesa não devem deixar de argumentar, debater com os alunos sobre essas questões que são de relevante importância para a formação do indivíduo.

> A variação linguística tem que ser objeto e objetivo do ensino de língua: uma educação linguística voltada para a construção da cidadania. Numa sociedade verdadeiramente democrática não se pode desconsiderar que os modos de falar dos diferentes grupos sociais constituam elementos fundamentais da identidade cultural da comunidade e dos indivíduos particulares (BAGNO, 2010 p. 214).

O questionamento que dá prosseguimento à entrevista realizada com os docentes de Língua Portuguesa está direcionado às possíveis dificuldades

encontradas por estes na arte de professorar. Dessa forma, o GRÁFICO –10 apresenta que dentre as dificuldades encontradas 40% dos professores atribuem à ausência de leitura por parte dos alunos, assim, a relação dos indivíduos que se encontram em formação com a disciplina de Língua Portuguesa fica, deveras, comprometida; 60% dos docentes atribuem as dificuldades em trabalhar a língua materna devido aofato de os alunos não terem tanto compromisso com os estudos.

GRÁFICO 10 – Dificuldade para o docente trabalhar a disciplina de Língua Portuguesa



Fonte: elaboração dos autores

Sabe-se que são muitas as dificuldades que os docentes enfrentam na sala de aula e a falta de leitura tem sido um problema alarmante que tem prejudicado o percurso de muitos jovens, pois parte deles conclui o ensino médio e afirmam não gostar de ler. Além da falta de leitura existe a falta de compromisso dos alunos em relação às atividades desenvolvidas na escola, situação estaque preocupa os professores, pois a mesma resulta em fracasso e, diante dessa realidade, o educador precisa saber se posicionar e procurar estratégias que sejam capazes de auxilia-lo nesse desafio.

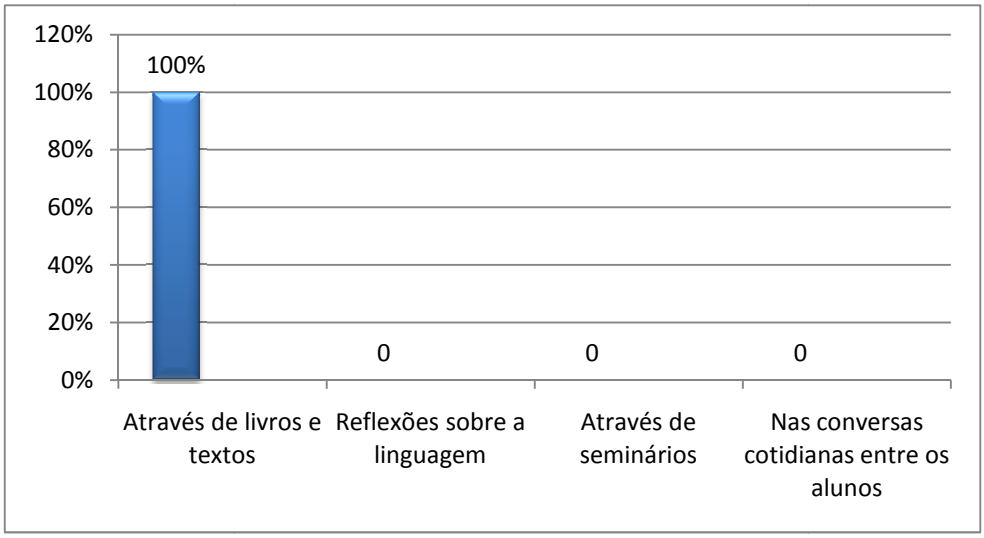
Dessa forma, Bagno, Gagné e Stubbs (2002, p. 63) afirmam que:

> Afinal, não só a língua mudou: Mudaram também as mentalidades, os gostos e as modas, as formas de organização da sociedade, os modos de produção da sociedade, os modos de produção da vida material, os sistemas econômicos, os regimes políticos, os conhecimentos sobre o homem e a natureza, etc.

Diante das mudanças ocorridas os docentes devem utilizar estratégias para que algumas dessas necessidades sejam alcançadas. A aula é o momento em que o professor tem a oportunidade de ensinar não somente o conteúdo que lhe é proposto, mas conversar com os alunos, incentivá-los, pois muitosnão sabem lidar com os problemas pessoais e com os estudos, portanto, acabam perdendo o foco e acabam sendo taxados de “irresponsáveis”. Nesse sentido, cabe ao docente propor momentos de reflexão na hora da aula.

O questionamento seguinte fora direcionado também à prática docente, porém de maneira mais específica remetendo-se ao trabalho com a variedade linguística em sala de aula. No gráfico – 11 percebe-se que 100% dos educadores em língua materna afirmam trabalhar a variedade linguística através de livros e textos.

GRÁFICO 11 – O docente trabalha a variedade linguística

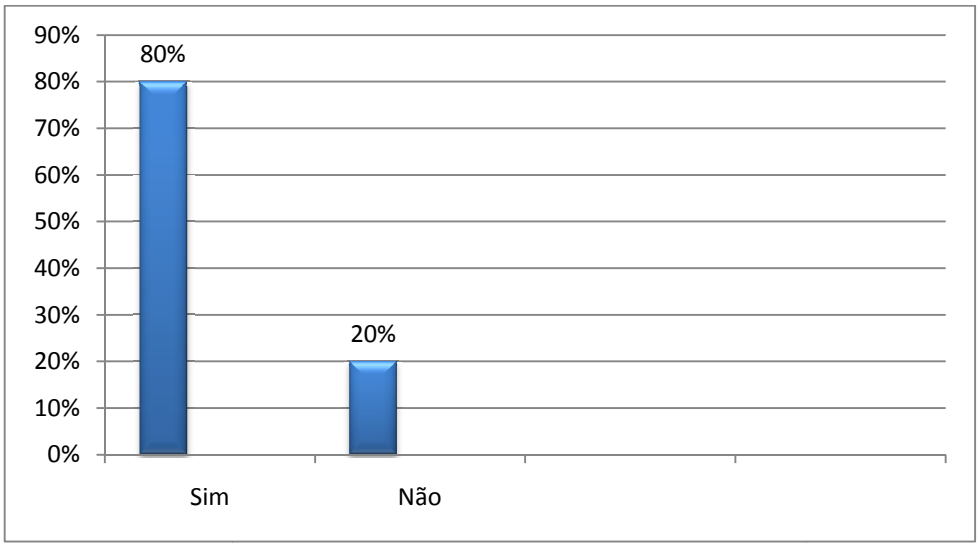


Fonte: elaboração dos autores

A gramática normativa ainda é conteúdo que tem primazia sobre os demais, no entanto, os próprios livros de língua portuguesa já abordam a importância de ensinar sobre as variedades linguísticas. Antunes, (2007) enfatiza que a língua não pode ser vista como uma questão de certo ou errado nem simplesmente como um conjunto de palavras que pertencem a uma determinada classe gramatical pelo contrário os professores devem refletir sobre a diversidade linguística em sala de aula.

Também fora questionado aos professores se em sala de aula já havia acontecido alguma situação que se configurasse como Preconceito Linguístico. Quatro professores, que representam 80% dos entrevistados disseram que sim e apenas um docente, que representa 20% dos indivíduos em pesquisa, disse não.

GRÁFICO 12 – Se o Professor já presenciou algum tipo de preconceito linguístico em sala de aula



Fonte: elaboração dos autores

De acordo com os dados apresentados significa que o preconceito ainda é acentuado no contexto de sala de aula deixando, assim, o aluno, algumas vezes, inibido na hora de se pronunciar, mesmo em sala de aula, ou até mesmo em público.

Segundo Bagno (2004, p. 18)

> É preciso, portanto, que a escola e todas as instituições voltadas para a educação e a cultura abandonem o mito da unidade do português no Brasil e passem a reconhecer a verdadeira diversidade linguística de nosso país para um melhor planejamento das políticas de ação junto à população marginalizada dos falantes das variedades não-padrão.

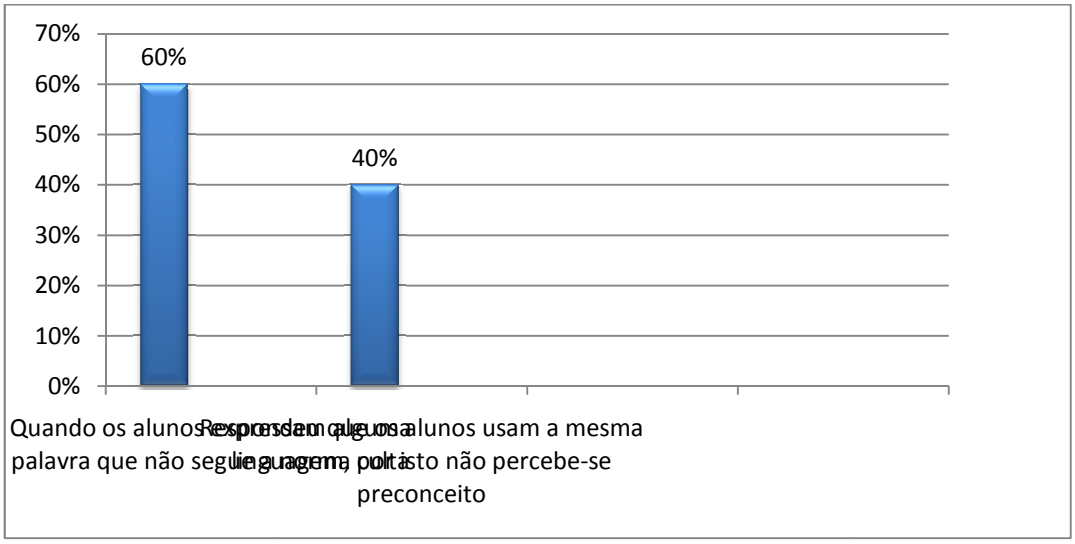
Para o estudioso todas as instituições voltadas para a educação e a cultura não podem e nem devem considerar o Português do Brasil como um modo único de falar, mas sim ver as várias opções linguísticas que, de acordo com a região ou comunidade, também varia o modo de falar das pessoas.

O último questionamento direcionado ao grupo “professores” relacionava-se ao tipo de preconceito relacionado à língua mais evidenciado em sala de aula, se

este seria do tipo regional, de classe, de faixa etária, de sexo ou se não havia a ocorrência de nenhum tipo de preconceito relacionado à língua.

Quando se especifica o tipo de fala às vezes percebe-se que o aluno fica um pouco mais inibido, mas mesmo assim 60% dos entrevistados afirmam que esse tipo de preconceito soa ainda mais evidente quando alunos oriundos de outras regiões do município, como a zona rural, falam de maneira peculiar, imediatamente são corrigidos pelos colegas; 40% dos entrevistados responderam que não percebem preconceito linguístico em sala de aula.

GRÁFICO 13 – O tipo de preconceito linguístico mais observado em sala de aula



Fonte: elaboração dos autores

De acordo com Bagno (2010, p. 167): “Ao contrário do que as pessoas em geral pensam os conceitos de certo e de errado não são definidos de uma vez por todas, para todo o sempre!”.

Para o linguísta em tela os conceitos de “certo” e “errado” sempre existiram e vão continuar existindo, porque para a maioria das pessoas a forma correta é seguir a gramática normativa, independente do tipo de cultura daquela comunidade.

9 CONCLUSÃO

A sociedade moderna fora construída em bases estritamente preconceituosas. Irônico seria desejar que, de uma hora para outra, todo e qualquer tipo de preconceito fosse “exterminado” do nosso meio. Mas há de se convir que, embora tenhamos sido edificados sob esse modelo, carregados de preconceitos múltiplos, faz-se necessário que medidas coerentes sejam tomadas com o intuito de amenizar esta situação.

Muitos séculos se passaram e ainda continuamos presos a velhas bases sociais. Normas que caíram em desuso e que não condizem com o quadro situacional em que nos encontramos ainda insistem em se manterem firmes.

Vivemos em um mundo globalizado onde todos nós estamos interligados, fazendo parte de um mesmo meio. Não existem mais fronteiras para o conhecimento. A ignorância tem perdido espaço diariamente para a informação, para o conhecimento, para a ciência. Assim, torna-se difícil, mas não impossível, acreditar que o preconceito de raça, classe, idade, sexo, linguagem ainda sejam temas que precisam ser debatidos, pesquisados em nosso meio.

Desde o início da pesquisa que hora se encerra soube-se que a temática aqui discutida não se tratava de um tema recente, inovador. Mas o que motivou a continuidade desta “busca” foi perceber aquilo que ainda não havia sido percebido, compreender as razões para a existência ou não de preconceitos relacionados à língua, de maneira específica, em relação aos alunos oriundos da Zona Rural do município de Chapadinha. Portanto, conclui-se que o preconceito linguístico existe na escola que fora escolhida para campo de pesquisa, mas que isso pode ser perfeitamente trabalhado, suavizado, mas para isso é necessário que haja a participação de todos os que fazem a comunidade escolar.

As informações “gritam” ao nosso redor, mas de nada adiantará se não buscarmos conhecê-las para que possam se tornar nossas aliadas com o intuito de nos tornarmos capazes de desenvolver um trabalho condizente com o nosso papel na sociedade da qual fazemos parte.

Logo, pode-se perceber que embora sejamos fruto de um modelo social já antigo, com práticas que caíram em desuso há bastante tempo, carregado de preconceitos, tais justificativas não podem ser utilizadas para explicar a permanência de um problema social oriundo de séculos passados – Preconceito Linguístico –, uma vez que se fazemos parte de uma sociedade que se julga moderna e que já realizou a sua terceira revolução industrial, não faz sentido que esta mesma sociedade continue a “alimentar” um resquício social de uma sociedade falida.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M.D. **O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação**. São Paulo, 2001.

ANTUNES,Celso. **A criatividade na sala de aula**. São Paulo: Vozes, 2003.

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: Por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo, 2004.

_____. **A Língua de Eulália:** novela sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **A Língua de Eulália:** novela sociolinguística, 15 ed., São Paulo, 2006.

BAGNO, Marcos; GAGNÉ, Gilles; STUBBS, Mischael. **Língua materna**: letramento, variação e ensino. São Paulo: Parábola, 2002.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris**. Educação em língua materna**: A sociolinguística na sala de aula. 6 ed., São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Nós cheguemu na escola e agora?**: Sociolinguistica na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2005.

_____.**Do campo para cidade**: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais. São Paulo: Parábol, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares nacionais**: língua portuguesa. 3 ed., Brasilia: MEC, 2001.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino fundamental**: Língua Portuguesa. Brasília, 2001.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa:** ensino fundamental. Brasília: MEC, 2010.

_____. **Senado Federal**. Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº9394/96. Brasília, 1996.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica, tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido, 4. ed., Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários á prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Tolerância**. São Paulo: UNESP, 2004.

FERRAREZI Celso Junior. **Semântica para a educação** básica. 1 ed., São Paulo: Parábola, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Pressuposto do projeto pedagógico**. Brasília: MEC - Anais da Conferência Nacional de Educação para todos, 1994

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Preconceito contra analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007.

GOMES, Maria Lúcia de Castro. **Metodologia do ensino de Língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 2009.

ILARI, Rodolfo. **A expressão do tempo em português**. São Paulo: Contexto,1997.

_____. **O papel da lingüística nos cursos de letras**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MATTA, Sozângela Schemim da. **Português, Linguagem e Interação**. Curitiba: Bolsa nacional do livro. 2009.

PASSOS, Alencastro Veiga. **Projeto político pedagógico da escola**: uma construção possível. SP: Papirus, 1995.

PERINI, Mário Alberto. **A língua do Brasil amanhã e outros mistérios**. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Para uma nova gramática do Português.** São Paulo: Ática, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**. 11ª ed., São Paulo: Cortez, 2012.

PINHEIRO, Adriano Martins. **A importância da língua portuguesa**. Disponível em:<www.trabalhosfeitos.com/ensaios> acessado em 18. mar. 2014.

POSSENTI, Sírio. **Porque (não) ensinar gramática na escola**. Campinas – SP Mercado de letras, 1996.

RAMOS, Jânia M. **O espaço da oralidade na sala de aula**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

TRAVAGLIA, Luís Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 10. Ed., São Paulo: Cortez, 2005.

TRALDI, Maria Cristina. **Monografia passo a passo**. Campinas – SP: Alinea, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos, **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2006.

_____, **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 2006.

VEIGA, Ilma Passos. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas –SP: Papirus, 1995.

VEIGA, Ilma P.A.; CARVALHO, M. Helena S. O. **A formação de profissionais da educação**. Brasília: MEC, 1994.

_____. **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. 4.ed., Campinas – SP: Papirus, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário para os alunos

1. Você gosta da disciplina de Língua Portuguesa?
   a) Sim ( )
   b) Não ( )

2. Você já sofreu preconceito linguístico em sala de aula?
   a) Sim ( )
   b) Não ( )

3. Onde ocorreu essa situação?
   a) Na sala de aula ( )
   b) No intervalo ( )
   c) Durante as brincadeiras com seus colegas ( )
   d) Em nenhuma local ( )

4. Você já foi corrigido pela sua maneira de falar em sala de aula?
   a) Sim ( )
   b) Não ( )

5. Como você se sentiu quando isso aconteceu?
   a) Envergonhado ( )
   b) Não deu atenção para o que disseram ( )
   c) Constrangido ( )
   d) N.D.A ( )

6. Seu professor de Língua Portuguesa já trabalhou as variedades linguísticas em sala de aula?
   a) Sim ( )
   b) Não ( )

7. Quando seus colegas falam alguma palavra errada, qual sua reação?
   a) Ri deles junto aos colegas ( )
   b) Você o corrige imediatamente ( )
   c) Fica quieto como se nada tivesse acontecido ( )

APÊNDICE B – Questionário para professores

1. Qual a sua formação?
    a) Português e Inglês ( )
    b) Matemática ( )
    c) História ( )
    d) Geografia ( )
    e) Ciências ( )
    f) Pedagogia ( )
    g) Português ( )
    h) Outros _____

2. Você trabalha a variedade linguística em sala da aula?
    a) Sim ( )
    b) Não ( )

3. Qual a maior dificuldade que você encontra nas aulas de Língua Portuguesa?
    a) Falta de leitura dos alunos ( )
    b) Trabalhar interpretação de textos ( )
    c) Falta de compromisso dos alunos ( )

4. Como você trabalha a variedade linguística em sala de aula?
    a) Através de livros e textos ( )
    b) Reflexões sobre a linguagem ( )
    c) Através de seminários ( )
    d) Nas conversas cotidianas entre os alunos ( )

5. Você já presenciou algum tipo de preconceito linguístico em sala de aula?
    a) Sim( )
    b) Não ( )

6. Qual o tipo de preconceitolinguístico mais observado em sala de aula?
    a) Quando os alunos expressam alguma palavra que não segue a norma culta. ( )
    b) Eles usam a mesma linguagem, por isto não se percebe preconceito.( )